



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

**MAGAZINE LUIZA S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21

NIRE 35.3.0010481.1

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**DATA: 12 DE ABRIL DE 2019**

**HORÁRIO: 11:00 HORAS**



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO .....	3
2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO .....	4
3. INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA.....	6
4. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO .....	6
5. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS:.....	9
6. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.....	10
7. MODELO DE PROCURAÇÃO .....	14
ANEXO I.....	16
ANEXO II .....	22
ANEXO III .....	84
ANEXO IV.....	112



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente manual (“**Manual**”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações a V.Sa. acerca das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”) do Magazine Luiza S.A. (“**Companhia**”), a ser realizada no próximo dia 12 de abril de 2019, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, conforme Edital de Convocação, divulgado e anexo a este Manual, as quais estão discriminadas e detalhadas neste documento.

Assim, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”) e das disposições do estatuto social da Companhia, seguem, neste Manual, as informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à AGO, bem como a apresentação da proposta da Administração.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## 2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### MAGAZINE LUIZA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21  
NIRE 35.3.0010481.1

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas do Magazine Luiza S.A. (“**Companhia**”) convocados para a Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”), a ser realizada em 12 de abril de 2019, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
  - (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incluindo distribuição de dividendos;
  - (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia;
  - (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; e
  - (v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019.
1. **Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia (<http://ri.magazineluiza.com.br>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”).



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

2. **Participação dos acionistas na AGO.** Poderão participar da AGO ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia (“**Acionistas**”), por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto à distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração.

Os Acionistas que optarem por participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGO munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade, o comprovante de titularidade de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e, se for o caso, (b) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

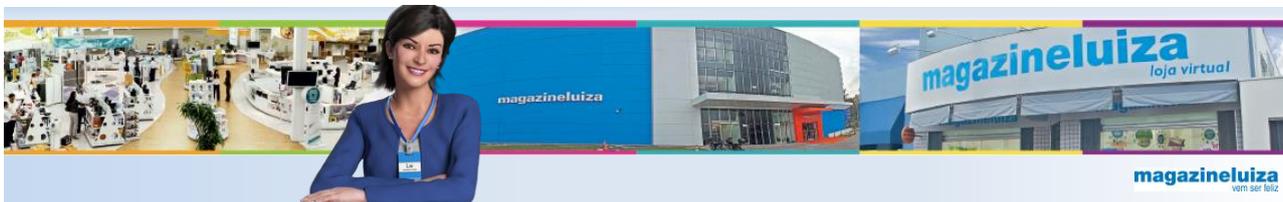
Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes na Proposta da Administração.

3. **Apresentação dos Documentos para Participação na AGO.** Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos relacionados no item 2 acima na sede da Companhia, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, ou, alternativamente, no escritório de negócios da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, aos cuidados da Diretoria de Relação com Investidores ou do Departamento Jurídico, no horário das 09:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, com antecedência mínima de 24 horas a contar da hora marcada para a realização da AGO, nos termos do artigo 16 do estatuto social da Companhia.

Franca, 12 de março de 2019.

**Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues**

Presidente do Conselho de Administração



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### 3. INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A AGO instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de Acionistas presentes.

### 4. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO

A participação do Acionista na AGO poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído (observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações) ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

#### 4.1 Participação pessoalmente ou representado por procurador

Os Acionistas deverão apresentar-se na AGO, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, bem como os seguintes documentos:

- (a) **pessoas físicas:** documento de identidade do Acionista, com foto;
- (b) **pessoas jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e
- (c) **fundos de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

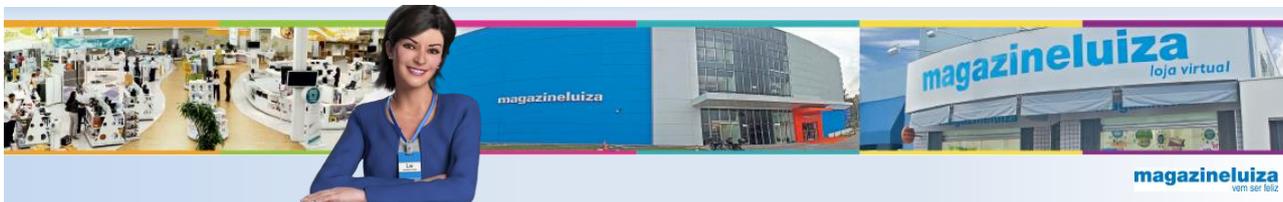
Aos Acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Aos Acionistas que se farão representar por meio de procuração, informamos que a Companhia exigirá o reconhecimento de firma das procurações assinadas no território brasileiro e a notariação, consularização e apostilação perante a Embaixada ou Consulado do Brasil daquelas assinados fora do país.

Juntamente com a procuração, cada Acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a procuração para o procurador, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 481.

Lembramos que, de acordo com artigo 16 do estatuto social da Companhia, os Acionistas representados por procurador deverão depositar o referido instrumento de mandato na sede da Companhia em até 24 horas antes da hora marcada para a realização da AGO.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os Acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGO por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”) ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do Acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

#### **4.2. Participação por mecanismo de voto à distância**

O Acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

##### **4.2.1. Mediante instruções de voto transmitidas pelos Acionistas ao escriturador das ações da Companhia**

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Itaú Corretora de Valores S.A. (“**Itaú**”), na qualidade de escriturador das ações da Companhia.

Os acionistas elegíveis que desejarem utilizar esta opção deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital.

Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <http://www.itaubr.com.br/securitieservices/assembleiadigital>.

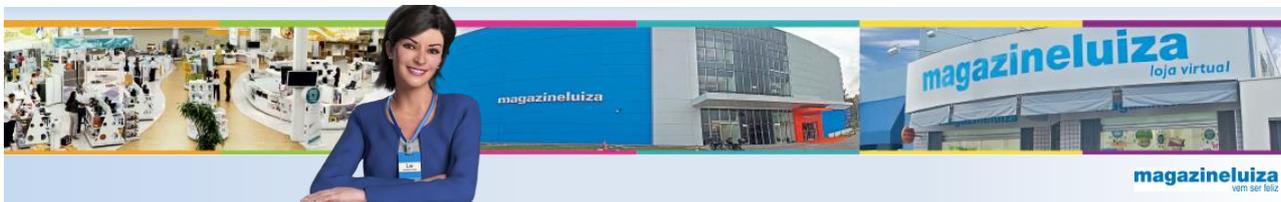
##### **4.2.2. Mediante instruções de voto transmitidos pelos Acionistas aos seus respectivos agentes de custódia**

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras (“**Agentes de Custódia**”) registradas na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto à distância é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM 481, o Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para seus Agentes de Custódia até 7 dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 5 de abril de 2019, inclusive, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

A Companhia informa que caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância o Acionista terá a opção de enviar seu boletim de voto à distância e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações da Companhia ou à própria Companhia, conforme os itens 4.2.1 acima e 4.2.3 abaixo. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os Acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

#### **4.2.3. Mediante envio do boletim de voto à distância preenchido e assinado diretamente à Companhia**

Caso os acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o *website* de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.magazineluiza.com.br/>) ou no *website* da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), imprimir o boletim de voto à distância, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo.

Na sequência, deverão encaminhar o boletim de voto à distância devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com cópia autenticada dos documentos indicados abaixo, todos os quais deverão ser recebidos pela Companhia até o dia 08 de abril de 2019, inclusive, para o seguinte endereço postal: Magazine Luiza S.A., A/C Diretoria de Relações com Investidores, Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-660, Franca, SP ou, alternativamente, no escritório de negócios da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme.

#### Documentação autenticada a ser encaminhada a Companhia juntamente com o boletim de voto à distância

O Acionista que optar por enviar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar também os seguintes documentos: via física original do boletim de voto à distância devidamente preenchido, rubricado e assinado; comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (artigo 41 da Lei das Sociedades por Ações) para comprovar sua qualidade de acionista; e cópia autenticada dos seguintes documentos de identificação:

- (a) Pessoa Física: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do Acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;
- (b) Pessoa Jurídica: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal; contrato / estatuto social consolidado e atualizado; e documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; e
- (c) Fundo de Investimento: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal; regulamento consolidado e atualizado; estatuto / contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

**A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país.**



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Solicitamos ao Acionista que também antecipe o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do boletim de voto à distância e dos documentos acima referidos para o seguinte endereço eletrônico: [ri@magazineluiza.com.br](mailto:ri@magazineluiza.com.br). De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original do boletim de voto à distância e cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo Acionista até o dia 08 de abril de 2019, inclusive, no seguinte endereço postal: Magazine Luiza S.A., A/C Diretoria de Relações com Investidores, Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-660, Franca, SP ou, alternativamente, no escritório de negócios da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme.

Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias físicas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao Acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo Acionista no boletim de voto à distância, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação.

O boletim de voto à distância e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 4 dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 08 de abril de 2019, inclusive. Eventuais boletins de voto à distância recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

## **5. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS:**

Nos termos da Instrução CVM 481, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na AGO estão anexos a este Manual e também disponíveis na sede e no *website* da Companhia (<http://ri.magazineluiza.com.br>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

Para auxiliar os Acionistas representados por procuradores que decidirem participar da AGO, apresentamos, no item 7 deste Manual uma sugestão de modelo de Procuração que poderá ser usado pelo Acionista, a seu exclusivo critério.

São Paulo, 12 de março de 2019.

**Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues**

Presidente do Conselho de Administração



## 6. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### (i) **Apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 110 a 120), no dia 26 de fevereiro de 2019, e no jornal Valor Econômico (páginas E11 a E15), na edição dos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2019, dispensando-se, portanto, a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do parágrafo quinto do referido artigo.

### (ii) **Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incluindo distribuição de dividendos**

A Companhia apurou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, lucro líquido no valor de R\$597.429.013,55 (quinhentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, treze reais e cinquenta e cinco centavos). A Administração propõe:

- (a) a alocação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, ajustado pela destinação à reserva de incentivos fiscais, equivalente a R\$25.721.878,16 (vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos) para reserva legal;
- (b) o pagamento de dividendos no valor de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), correspondentes 12,24% (doze vírgula vinte e quatro por cento) do lucro líquido aos Acionistas da Companhia, ajustado após a destinação para a reserva legal, em adição aos R\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais) já declarados aos Acionistas da Companhia a título de juros sobre o capital próprio, conforme deliberação do Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2018, totalizando a distribuição de R\$182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de reais) aos Acionistas da Companhia, correspondente a 31,83%(trinta e um vírgula oitenta e três por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado após a destinação para a reserva legal, ou seja, superior ao dividendo mínimo obrigatório de 15% previsto no estatuto social da Companhia;
- (c) a destinação de R\$82.991.450,37 (oitenta e dois milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos), à reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações; e
- (d) a destinação do restante do lucro líquido, no valor de R\$306.715.685,02 (trezentos e seis milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e dois centavos) à reserva de reforço de capital de giro.

A proposta completa de destinação do resultado, na forma do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, consta do Anexo I deste Manual.

De acordo com o disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, a Companhia informa aos Acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão previstos no Anexo II deste Manual.



**(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no Estatuto Social**

(iii.1.) Número de Cargos a serem preenchidos:

O Conselho de Administração da Companhia é constituído por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 07 (sete) membros, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição, nos termos dos artigos 18 e 19 do estatuto social da Companhia.

O Acionista Controlador propõe que: (i) o Conselho de Administração seja composto por 07 (sete) membros titulares; e (ii) sejam reeleitos 07 (sete) dos atuais membros do Conselho de Administração.

(iii.2.) Adoção do Voto Múltiplo:

A eleição dos membros do conselho de administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 481 e da Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 (“**Instrução CVM 367**”), sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os Acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada (“**Instrução CVM 165**”), observado o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade.

(iii.3.) Candidatos indicados pelo Acionista Controlador:

Propõe-se a reeleição dos conselheiros abaixo indicados, e o Conselho de Administração da Companhia a ter a seguinte composição:

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues

Marcelo José Ferreira e Silva

Carlos Renato Donzelli

**Conselheiros Independentes**

Inês Corrêa de Souza

José Paschoal Rossetti

Betania Tanure de Barros

Sílvio Romero de Lemos Meira

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo III deste Manual, as informações dos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores para o Conselho de Administração.

(iii.4.) Indicação de outros candidatos por acionista não controlador:

Os Acionistas não controladores poderão indicar, presencialmente, durante a realização da AGO, outros candidatos ao Conselho de Administração, desde que atendam aos requisitos para adoção do processo de voto múltiplo ou da votação em separado, nos termos do



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 165 e da Instrução CVM 481, conforme abaixo, devendo tais indicações serem acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência para divulgação aos Acionistas presentes à AGO.

- (a) Para adoção do processo de voto múltiplo: 5% (cinco por cento) do capital social total votante, em consonância com o artigo 4º da Instrução CVM 481, combinado com a Instrução CVM 165.
- (b) Para exercício da votação em separado: 10% (dez por cento) dos acionistas titulares de ações com direito a voto, em consonância com entendimento do Colegiado da CVM na reunião de 08 de novembro de 2005 (Processo CVM RJ 2005/5664).

#### **(iv) Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia**

O Conselho Fiscal da Companhia compõe-se de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos, nos termos do artigo 32, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia e do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações.

A Administração propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, de forma que, conforme artigo 161 da Lei das Sociedades Por Ações, 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes sejam eleitos pelo Acionista Controlador, e 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente sejam eleitos pelos acionistas minoritários.

##### (iv.1.) Candidatos indicados pelo Acionista Controlador:

Propõe-se a reeleição dos atuais Conselheiros Fiscais efetivos e suplentes abaixo indicados, com a seguinte composição:

##### **Conselheiros Efetivos**

José Antônio Palamoni

Walbert Antônio dos Santos

##### **Suplentes**

Mauro Marangoni

Robinson Leonardo Nogueira

##### (iv.2.) Candidatos Indicados pela Alaska Investimentos LTDA.:

A Administração recebeu da Alaska Investimentos LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 600, conjunto 73, Itaim Bibi, CEP: 04532-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.752.203/0001-50, com seus atos constitutivos devidamente arquivados e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE nº 35224205829, em sessão de 24 de março de 2010, gestora dos fundos ALASKA BLACK MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - BDR NÍVEL I, ALASKA RANGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, ALASKA BLACK INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES e ALASKA 70



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

ICATU PREVIDENCIARIO FIFE FIM, titulares em conjunto de 3.274.400 ações representativas de 1,72% do capital social da Companhia (“**Alaska**”), Acionista da Companhia, a indicação de reeleição dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal:

**Conselheiro Efetivo**

Eduardo Christovam Galdi Mestieri

**Suplente**

Thiago Costa Jacinto

As informações solicitadas nos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência relativas aos candidatos indicados pela Alaska constam do Anexo III deste Manual.

(iv.3.) Indicação de outros candidatos por acionista não controlador:

Os Acionistas não controladores poderão indicar, presencialmente, durante a realização da AGO, outros candidatos ao Conselho Fiscal, desde que atendam aos requisitos para votação em separado – 10% (dez por cento) dos acionistas titulares de ações com direito a voto –, nos termos do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 324, de 14 de janeiro de 2000 e da Instrução CVM 481, devendo tais indicações serem acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência para divulgação aos Acionistas presentes à AGO.

**(v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019**

Compete à AGO fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Propõe-se a verba remuneratória global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, para o exercício social de 2019, em R\$65.285.325,00 (sessenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais).

Adicionalmente, nos termos do artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, propõe-se a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2019, em R\$432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais), respeitando-se, assim, a remuneração não inferior a 10% (dez por cento) para cada membro, sobre a que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computando benefícios, verbas da representação e participação nos lucros.

Em observância ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481, além da proposta de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal acima formulada, a Companhia apresenta as informações do item 13 do Formulário de Referência no Anexo IV deste Manual.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## 7. MODELO DE PROCURAÇÃO

A Companhia não envia aos seus Acionistas pedidos públicos de procuração. O modelo apresentado abaixo se destina exclusivamente a fornecer aos Acionistas uma sugestão de minuta de procuração adequada à representação na AGO. O uso deste modelo pelos Acionistas é facultativo. A Companhia aceitará procurações que não sigam a referida minuta, desde que atendam aos requisitos legais aplicáveis aos instrumentos de mandato destinados à representação em assembleias gerais de acionistas.

### “PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, [acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob nº [●], residente e domiciliado na cidade de [●], Estado de [●], com escritório na cidade de [●], Estado de [●], na [●] (“Outorgante”), nomeia como seu procurador o Sr. [procurador], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no CPF/MF sob nº [●], residente e domiciliado na cidade de [●], Estado de [●], com escritório na cidade de [●], Estado de [●], na [●] (“Outorgado”), outorgando poderes para representar o Outorgante, na qualidade de acionista, titular de [●] ações ordinárias nominativas, de emissão do **MAGAZINE LUIZA S.A.** (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se no dia 12 de abril de 2019, às 11:00 horas (“AGO”), na sede da Companhia, localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O Outorgado terá poderes limitados ao comparecimento à AGO e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O Outorgado fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [●] dias, a partir da presente data.

[cidade], [●] de [●] de 2019.

---

**[ACIONISTA]**



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Orientação de Voto	
Matéria da Ordem do Dia	Voto Favorável ou Contrário à Proposta da Administração (O Acionista deve marcar ao lado do sentido de voto escolhido)
(i) Apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(ii) Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incluindo distribuição de dividendos.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(iv) Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(v) Aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se

**[ACIONISTA]**



## ANEXO I

### PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(conforme artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481 na forma do Anexo 9-1-II)

#### 1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$597.429.013,55 (quinhentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, treze reais e cinquenta e cinco centavos).

#### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 proposto pela Administração da Companhia é de R\$182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de reais), dos quais R\$112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais) referem-se aos juros sobre capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de dezembro de 2018, cujo valor bruto por ação é de R\$0,5927048898, e R\$70.000.000,00 (setenta milhões reais) referem-se aos dividendos adicionais, cujo valor bruto por ação será de R\$ 0,3703355725<sup>1</sup>.

Descrição	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto Total
Dividendo	Até 30 dias após a AGO	R\$0,3703355725	R\$70.000.000,00
Juros Sobre Capital Próprio	Até 30 dias após a AGO	R\$0,5927048898	R\$112.000.000,00

#### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os dividendos propostos pela Administração, no valor de R\$182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de reais), correspondem a 31,83% (trinta e um vírgula oitenta e três por cento) do lucro líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal).

#### 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

#### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

<sup>1</sup> Valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra de Ações da Companhia.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

A Companhia possui atualmente 189.017.759 (cento e oitenta e nove milhões, dezessete mil, setecentas e cinquenta e nove) ações, já deduzidas as ações em tesouraria em 12 de março de 2019. O valor bruto de dividendo por ação é de R\$0,3703355725<sup>2</sup> e de juros sobre capital próprio é de R\$0,5927048898.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

A Administração propõe que os dividendos e os juros sobre capital próprio sejam pagos em até 30 (trinta) dias a contar da data de realização da AGO.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Farão jus aos dividendos os acionistas registrados como tal em 15 de abril de 2019, sendo que as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 16 de abril de 2019, inclusive.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

R\$112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais) declarados como juros sobre capital próprio em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de dezembro de 2018.

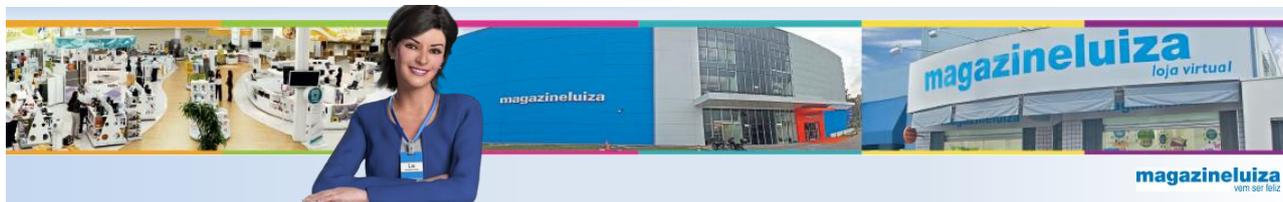
**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

A Administração propõe que os dividendos e os juros sobre capital próprio, após a aprovação de suas declarações em AGO, sejam pagos em até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da AGO.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe**

(em R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2018	2017	2016	2015
<b>Lucro Líquido</b>	597.429.013,55	389.022.252,18	86.564.611,69	Não houve

<sup>2</sup> Valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra de Ações da Companhia.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

<b>Dividendos distribuídos<sup>3</sup></b>	182.000.000,00	125.000.000,00	21.641.152,92	Não houve
<b>Valor por Ação</b>	0,3703355725 <sup>4</sup>	0,66053187056 <sup>5</sup>	1,01726149661654	Não houve

## 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

### a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração propõe a destinação de R\$ 25.721.878,16 (vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos) para a reserva legal, valor este que corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido<sup>6</sup> do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

<b>Cálculo da Reserva Legal</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Lucro Líquido ("LL") <sup>6</sup>	571.707.135,39
Reserva Legal – 5% LL	25.721.878,16

## 9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

### a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

### b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

### c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

<sup>3</sup> Considera o valor total dos dividendos e dos juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social.

<sup>4</sup> Valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra de Ações da Companhia. Vide observações de cálculo presente no quadro do item 2 acima.

<sup>5</sup> Valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra de Ações da Companhia. Vide observações de cálculo presente no quadro do item 2 acima.

<sup>6</sup> Conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma vez que a subvenção de investimentos deve ser integralmente destinada para constituição da reserva de incentivos fiscais, esta deve ser excluída da base de cálculo da reserva legal.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O artigo 33, parágrafo único, do estatuto social da Companhia estabelece que o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício; (c) o lucro remanescente, ressalvadas deliberações em contrário da assembleia geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

A recomendação da Administração de distribuição pela AGO de dividendos contempla o pagamento da integralidade dos dividendos obrigatórios.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**



**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O artigo 33, parágrafo único, do estatuto social da Companhia estabelece que, após deduzida a reserva legal e pago o dividendo mínimo obrigatório, o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da assembleia geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

A Administração propõe a destinação de R\$306.715.685,02 (trezentos e seis milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e dois centavos) para a reserva de reforço de capital de giro.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Descrição	Valor (R\$)
Lucro Líquido ("LL")	597.429.013,55
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	82.991.450,37
(-) Reserva Legal – 5% LL	25.721.878,16



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

(-) Juros Sobre Capital Próprio (declarados)	112.000.000,00
(-) Dividendos	70.000.000,00
<b>Reserva de Reforço de Capital de Giro (Total)</b>	<b>306.715.685,02</b>

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo orçamento de capital para o ano de 2018.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo orçamento de capital para o ano de 2018.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

A Administração propõe a destinação de R\$82.991.450,37 (oitenta e dois milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos), à reserva de incentivos fiscais, conforme determina o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Explicar a natureza da destinação**

O montante a ser destinado à reserva de incentivos fiscais é oriundo de créditos presumidos de ICMS caracterizado como subvenção para investimento.



## ANEXO II

### ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481)

#### 10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

##### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de caixa, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto e de longo prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, a Companhia melhorou significativamente os indicadores de estrutura de capital e liquidez, conforme apresentamos abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$456,0 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.008,4 milhões, perfazendo caixa líquido de R\$552,4 milhões, equivalente a 0,4 vezes o EBITDA. No mesmo período, o caixa líquido ajustado totalizou R\$2.151,4 milhões, equivalente a 1,7 vezes o EBITDA. O caixa líquido ajustado passou de R\$1.663,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.151,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$488,1 milhões no exercício social. A variação de caixa líquido ajustado foi reflexo da redução de R\$415,5 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$871,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$456,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, reflexo dos pagamentos de empréstimos e financiamentos no período, e do aumento de R\$72,5 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, outros ativos financeiros e contas a receber de cartões de crédito (circulante e não circulante), que passou de R\$2.534,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.607,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função da melhoria dos resultados e gestão do variação do capital de giro. Em dezembro de 2018, o capital de giro ajustado foi negativo em R\$1.270,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$871,5 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.672,3 milhões, perfazendo caixa líquido de R\$800,8 milhões, equivalente a 0,8x vezes o EBITDA. No mesmo período, o caixa líquido ajustado totalizou R\$1.663,4 milhões, equivalente a 1,6x vezes o EBITDA. A dívida líquida ajustada passou de R\$135,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para uma posição de caixa líquido de R\$1.663,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma melhora de R\$1.799,0 milhões no exercício social. A variação da estrutura de caixa da Companhia foi reflexo da redução de R\$977,3 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$1.848,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$871,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, reflexo dos pagamentos de empréstimos e financiamentos no



período, e do aumento de R\$821,8 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, outros ativos financeiros e recebíveis de cartões de crédito (circulante e não circulante), que passou de R\$1.713,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.534,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função da melhoria dos resultados, gestão do capital de giro e dos recursos da oferta de ações que foram recebidos em outubro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, o capital de giro ajustado foi negativo em R\$914,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.848,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.418,3 milhões, perfazendo uma dívida líquida de R\$430,5 milhões, equivalente a 0,6 vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Na mesma data, a dívida líquida ajustada totalizou R\$135,6 milhões, equivalente a 0,2 vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Nos últimos três exercícios sociais, o número de lojas passou de 800 em 2016 para 954 em 2018. A Companhia continuou o ritmo de abertura orgânica de lojas ao longo dos últimos anos, somando 14 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 58 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 96 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A receita bruta atingiu R\$18.896,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 32% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A receita bruta atingiu R\$14.321,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 25,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O Magazine Luiza ganhou participação de mercado em todas as categorias de produtos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia somou 96 lojas, totalizando 954 lojas, e a receita bruta total atingiu R\$18.896,5 milhões, um crescimento de 32% em relação ao exercício social anterior, cuja receita bruta foi de R\$14.321,1 milhões com destaque para o forte crescimento do *e-commerce* e das lojas físicas, com ganhos de participação de mercado em todas as categorias de produtos.

### Evolução da Receita Bruta

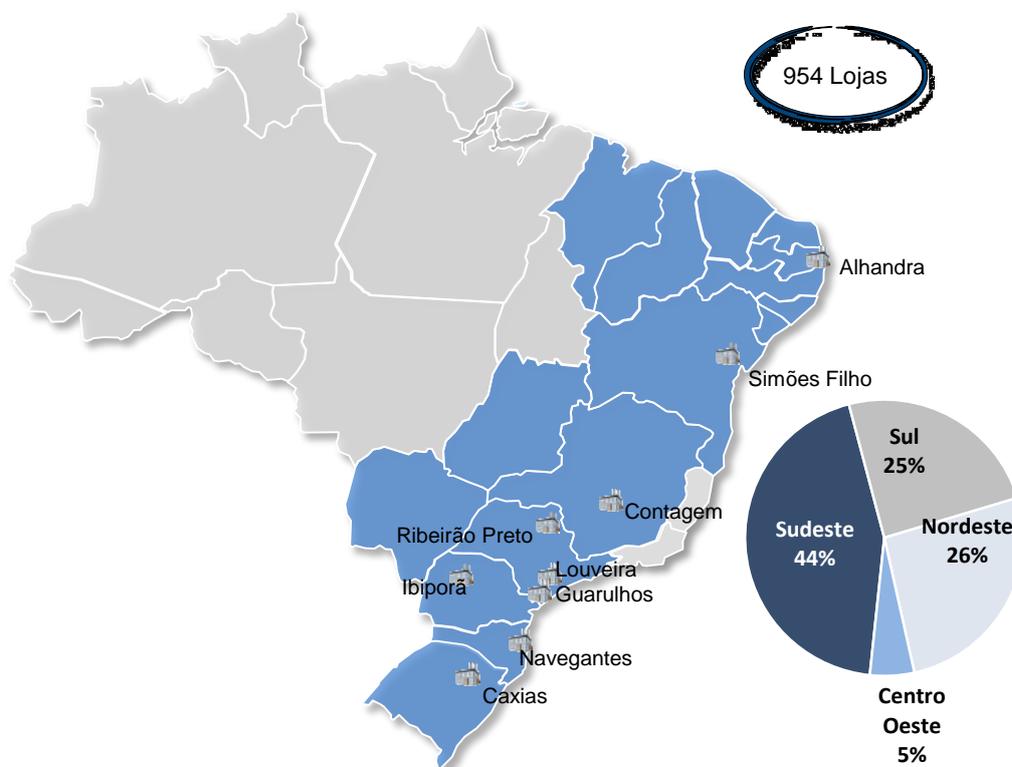
Magazine Luiza é um dos maiores varejistas brasileiros, e oferece uma ampla gama de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes através de uma plataforma de varejo multicanal (dispositivos móveis, site e lojas físicas). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia operava 954 lojas e 12 centros de distribuição estrategicamente localizados em 16 estados brasileiros. Nessa mesma data, a Companhia contava com mais de 27 mil colaboradores e uma base de mais de 17 milhões de clientes ativos.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA





## Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	2017	2018
Receita bruta	11.371,6	14.321,1	18.896,5
Receita líquida de vendas	9.508,7	11.984,3	15.590,4
Lucro bruto	2.922,6	3.606,0	4.537,4
Margem bruta <sup>(1)</sup>	30,7%	30,1%	29,1%
EBITDA <sup>(2)</sup>	714,6	1.030,8	1.245,2
Margem EBITDA <sup>(3)</sup>	7,5%	8,6%	8,0%
Lucro líquido (prejuízo)	86,6	389	597,4
Margem líquida <sup>(4)</sup>	0,9%	3,2%	3,8%
Crescimento nas vendas mesmas lojas <sup>(5)</sup>	6,7%	23,4%	27,3%
Crescimento nas vendas mesmas lojas físicas <sup>(6)</sup>	0,4%	14,3%	18,6%
Crescimento nas vendas internet (e-commerce tradicional)	32,0%	52,7%	48,4%
Quantidade de lojas - Final do Período	800	858	954
Área de Vendas - Final do Período (M <sup>2</sup> )	501.319	525.981	572.394

<sup>(1)</sup> A margem bruta é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

<sup>(2)</sup> EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM n° 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para a reconciliação do EBITDA para o lucro líquido (prejuízo), vide seção “3.2 – Medições não contábeis”.

<sup>(3)</sup> A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

<sup>(4)</sup> A margem líquida é calculada pelo lucro líquido (prejuízo) dividido pela receita líquida de vendas.

<sup>(5)</sup> Inclui lojas convencionais, lojas virtuais e e-commerce da Companhia.

<sup>(6)</sup> Inclui somente as lojas convencionais e lojas virtuais da Companhia.

### (b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido totalizava R\$2.302,9 milhões, enquanto a dívida bruta era de R\$456,0 milhões e o caixa líquido ajustado era de R\$2.151,4 milhões. Ao longo dos últimos anos, a Companhia melhorou significativamente a sua estrutura de capital, por meio de uma evolução nos resultados operacionais e na melhor gestão do capital de giro. Em função principalmente de uma melhor relação entre o saldo de estoques e fornecedores, a Companhia melhorou sua necessidade de capital de giro e sua geração de caixa operacional.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

Em 31 de dezembro de



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

(R\$ milhões)	2016	2017	2018
Dívida bruta <sup>(1)</sup>	1.848,8	871,5	456,0
Dívida (Caixa) líquida <sup>(2)</sup>	430,5	(800,8)	552,4
Patrimônio líquido	621,6	2.074,0	2.302,9

<sup>(1)</sup>Corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante)

<sup>(2)</sup> A Dívida Líquida é medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

#### **i. hipóteses de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

#### **ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, bem como fórmula de cálculo.

### **(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Cumprimos todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. No exercício social de 2019, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingimos lucro líquido R\$597,4 milhões e R\$1.245,2 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,0%). O crescimento das vendas totais, a contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais contribuíram para uma evolução nominal do EBITDA e conseqüentemente do lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2018, nossa dívida bruta era de R\$456,0 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$2.151,4 milhões, representando 1,7x vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, 71% da nossa dívida bruta consistia em empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros não circulante (longo prazo).

	Em 31 de dezembro de		
(em R\$ milhões, exceto índice)	2016	2017	2018
Dívida bruta <sup>(1)</sup>	1.848,8	871,5	456,0



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Dívida (Caixa) líquida <sup>(2)</sup>	430,5	(800,8)	(552,4)
Dívida (Caixa) líquida Ajustada <sup>(2)</sup>	135,6	(1.663,4)	(2.151,4)
Dívida bruta – circulante (curto prazo)	45%	50%	29%
Dívida bruta – não circulante (longo prazo)	55%	50%	71%
Dívida (Caixa) Líquida Ajustada / EBITDA	0,2 x	-1,6 x	-1,7x

<sup>(1)</sup>Corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante)

<sup>(2)</sup>A dívida (Caixa) líquida ajustada refere-se à dívida bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) e do contas a receber de cartões de crédito não descontado (terceiros e de partes relacionadas). A dívida líquida ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida ajustada de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da dívida líquida ajustada é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira da Companhia. Para a reconciliação da dívida líquida com a dívida bruta, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

**(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

Nosso capital de giro é financiado pela geração de caixa e, quando necessário, por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos a recuperar, a maior parte decorrentes de ICMS substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda.

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha. A tabela abaixo apresenta o nosso capital de giro:

(em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2016	2017	2018
Capital de Giro <sup>(1)</sup>	(320,4)	(52,1)	328,3
Capital de Giro Ajustado <sup>(2)</sup>	(615,2)	(914,7)	(1.270,7)

<sup>(1)</sup> O Capital de Giro não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital de Giro é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

<sup>(2)</sup> O Capital de Giro Ajustado refere-se ao Capital de Giro menos o saldo de contas a receber de cartões de crédito terceiros e de partes relacionadas. O Capital de Giro Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro de maneira diferente da



Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital de Giro é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo apresenta o capital fixo:

(em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2016	2017	2018
Capital Fixo <sup>(1)</sup>	1.384,8	1.389,6	1.604,1

<sup>(1)</sup>O Capital Fixo não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital Fixo de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital Fixo é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de longo prazo. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Nosso endividamento é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é prover recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, investimentos em tecnologia e logística, além do alongamento do endividamento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, os nossos empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) apresentavam saldo de R\$1.848,8 milhões, R\$871,5 milhões e R\$456,0 milhões, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta as principais características das operações como, taxa de juros e o saldo devedor em cada data-base indicada:

Modalidade	Encargos	Vencimento	Em 31 de dezembro de		
			2016	2017	2018
<i>(em R\$ mil)</i>					
FINEP/BNB	4% a.a. a 7% a.a.	dez/22	48.833	40.694	32.556
Capital de Giro	110% a 125,32% do CDI	dez/18	712.634	304.119	-
Arrendamentos Mercantis Financeiros	2,5% a.a. a CDI + 2,88% a.a.	dez/19	17.676	9.226	1.055
Debêntures e NP	108,8% a 125,9% do CDI	mar/20	1.069.633	517.459	420.476



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

<b>Total</b>	<b>1.848.776</b>	<b>871.498</b>	455.967
Passivo Circulante	838.016	434.294	130.743
Passivo não Circulante	1.010.760	437.204	325.224

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores.

### **FINEP**

Em 28 de Maio de 2014, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$45,0 milhões, a serem liberados em quatro parcelas, e com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas, garantido por fiança bancária. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 4,0% ao ano. O contrato deve ser pago em 73 parcelas, com prazo de carência de 30 meses, sendo a primeira parcela da amortização devida em 15 de dezembro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em julho de 2016 foi liberado a última parcela e, portanto, a totalidade dos recursos.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

### **Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

- Contrato de Abertura de Crédito – novembro 2014

Em 27 de novembro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de abertura de crédito no valor de R\$23,8 milhões a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, com taxa de juros pactuada em 8,24% ao ano com incentivo para a adimplência de 15%, portanto, uma taxa final de 7% a.a. O contrato possui carência de 24 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 27 de dezembro de 2016, e a última em 27 de novembro de 2022, devendo nessa data, serem liquidadas todas as obrigações financeiras remanescentes. O contrato possui aval da LTD Administração e Participações S.A., que se obriga, na qualidade de interveniente fiadora, pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesse contrato, bem como fiança bancária.

- Contrato de Abertura de Crédito – dezembro 2014

Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de abertura de crédito no valor de R\$44,2 milhões a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, com taxa de juros pactuada em 8,24% ao ano, com incentivo para a adimplência de 15%, portanto, uma taxa final de 7% a.a. O contrato possui carência de 24 meses, sendo a primeira parcela



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

de amortização do principal devida em 5 de janeiro de 2017, e a última em 5 de dezembro de 2022, devendo nessa data, serem liquidadas todas as obrigações financeiras remanescentes. O contrato possui aval da LTD Administração e Participações S.A., que se obriga, na qualidade de interveniente fiadora, pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesse contrato, bem como fiança bancária.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

### **Debêntures**

- *7º Emissão*

Foram emitidas 300.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$300 milhões, que serão destinados ao alongamento do endividamento da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos, vencendo, portanto, em 31 de julho de 2020. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da data de subscrição, que foi no dia 18 de agosto de 2017, correspondentes a 113,5% do CDI. As debêntures não contam com qualquer tipo de garantia. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será realizada integralmente na data do vencimento.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- **Banco Santander (Brasil) S.A.- Grand Cayman Branch**

*Brazilian Real Note – dezembro 2016.*

Em 8 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou com o Banco Santander (Brasil) S.A. – Grand Cayman Branch um contrato de financiamento por meio do instrumento financeiro de FRN, no valor de US\$ 72,7 milhões, equivalente, na data de contratação, a R\$ 250 milhões, devendo ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira em 30 de maio de 2018 e a última em 26 de novembro de 2018 (data de vencimento). Foi pactuada, na data de contratação, taxa de juros de 125,32% do CDI ao ano. O contrato foi liquidado na data pré determinada da segunda parcela.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

### **Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch**

- *Empréstimo 4.131 - março 2015*

Em 9 de março de 2015, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário AGE830766/1, junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no valor total agregado de US\$8 milhões, para captação de recursos no exterior, em moeda estrangeira, cujos valores foram objeto de contrato de câmbio de compra para ingresso dos recursos no



país destinados à Companhia registrado no SISBACEN para aplicação exclusiva pela Companhia em atividades produtivas. A Cédula possui vencimento em 12 de março de 2018. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de equivalente a 2,83% ao ano acrescida a 0,255% do valor da captação em moeda estrangeira. O instrumento é garantido por cessão fiduciária de recebíveis.

Atrelada à Cédula, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de derivativos (*swap*), com a finalidade de proteção contra a variação cambial, nos termos da Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa, com vigência a partir de março de 2015 e vencimento igual ao contrato de empréstimo, observado o disposto no respectivo Convênio para contratação de operações de derivativos. Esta operação possui juros pactuados em 112,8% do CDI. O contrato foi liquidado na data pré determinada de seu vencimento

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- Cédula de Crédito Bancário- *março 2015*

Em 20 de março de 2015, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário AGE833642/1, junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no valor total agregado de US\$7,7 milhões, para captação de recursos no exterior, em moeda estrangeira, cujos valores foram objeto de contrato de câmbio de compra para ingresso dos recursos no país destinados à Companhia registrado no SISBACEN para aplicação exclusiva pela Companhia em atividades produtivas. A Cédula possui vencimento em 26 de março de 2018. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 2,89% ao ano acrescida a 0,255% do valor da captação em moeda estrangeira. Atrelada à Cédula, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de derivativos (*swap*), com a finalidade de proteção contra a variação cambial, nos termos da Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa, com vigência a partir de março de 2015 e vencimento igual ao contrato de empréstimo, observado o disposto no respectivo Convênio para contratação de operações de derivativos. Esta operação possui juros pactuados em 110,0% do CDI. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado. O contrato foi liquidado na data pré determinada de seu vencimento.

### **Notas Promissórias Comerciais**

Em 10 de maio de 2017, a Companhia promoveu sua 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, em duas séries, no valor total de R\$200 milhões, tendo emitido um total de 40 notas comerciais, sendo 20 notas promissórias de cada série, mediante taxa de juros de 109% da Taxa DI para a primeira série e 112% da Taxa DI para a segunda série.

Esta emissão ocorreu sem garantia, com esforços restritos de colocação, no âmbito da Instrução CVM 476. As amortizações serão realizadas anualmente, devendo a primeira



série ser amortizada em 10 de maio de 2018 e a segunda série ser amortizada em 10 de maio de 2019.

A cártula de emissão contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

O nosso endividamento de curto e longo prazo, na data base de 31 de dezembro de 2018, está assim distribuído ao longo do tempo:

Pagamentos devidos por período (em mil reais)				
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	Total	Inferior a um	Um a três	Acima de
		ano	anos	três anos
<b>Total</b>	<b>455.967</b>	<b>132.666</b>	<b>314.735</b>	<b>8.566</b>

**ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Em 31 de dezembro de 2018, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaucard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira; e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

**iv. restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com todas as obrigações constantes nos nossos contratos de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, firmados junto às instituições financeiras, incluindo as notas promissórias.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo o atingimento de índices financeiros, distribuição de dividendos, alienação de ativos e alienação de controle societário, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:



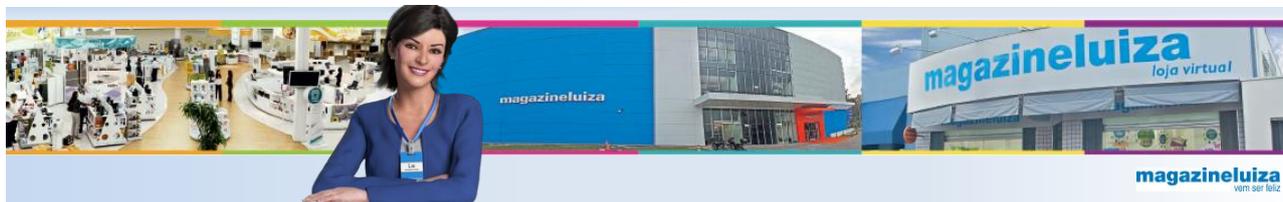
<p><b>7ª Emissão de Debêntures e a 3ª Emissão de Notas promissórias Comerciais</b></p>	<p>As debêntures e a nota promissória serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias relativas às Debêntures;</li> <li>(ii) caso a Companhia não mantenha a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada<sup>(1)</sup> / EBITDA Ajustado<sup>(2)</sup> não superior a 3,0 vezes, sendo apurada semestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros;</li> <li>(iii) ocorrer mudança do acionista controlador direto ou indireto da Companhia, conforme definido no artigo 116 de Lei das Sociedades por Ações;</li> <li>(iv) ocorrer cisão, fusão ou incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, que resulte em alteração de controle da Companhia e/ou qualquer de suas controladas, salvo se houver o prévio consentimento de 75% dos titulares das debêntures reunidos em assembleia geral de debenturistas especificamente convocada para esse fim; e</li> <li>(v) caso a Companhia não apresente balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.</li> </ul>
<p><b>Banco Santander (Brasil) S.J.A. - Grand Cayman Branch</b></p>	<p>O contrato será considerado antecipadamente vencido caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) ocorra "Alteração de Controle" da Companhia. "Alteração de Controle" significa os acionistas controladores da Companhia na data de emissão e qualquer dos seus herdeiros ou sucessores, em conjunto, deixarem de (i) ter o controle (direto ou indireto) do capital social emitido e em circulação da Companhia e de outras participações societárias (ou valores mobiliários conversíveis em participações societárias), ou (ii) ter poder (seja por titularidade do capital social, contrato ou de outra forma) para controlar a administração ou políticas da Companhia; e</li> <li>(ii) a Companhia ou suas afiliadas (i) inadimplirem no pagamento de US\$ 10 milhões (ou seu equivalente em outra moeda) quando este se referir exclusivamente a terceiros que não sejam acionistas, nem parte de seu grupo econômico sobre qualquer de seus respectivos endividamentos, quando vencidos, por vencimento programado, pré-pagamento, aceleração, ou (ii) qualquer outro inadimplemento ocorrido nos termos de qualquer instrumento ou contrato que comprove ou estabeleça termos e condições aplicáveis a qualquer de seus respectivos endividamentos, ou qualquer outro evento ocorrer ou existir, se o efeito de tal inadimplemento for causar ou permitir que o detentor ou detentores de tal endividamento (ou qualquer pessoa agindo em nome desse detentor ou detentores) faça com que tal endividamento se torne devido antes da sua data de vencimento.</li> </ul>
<p><b>Banco Itaú</b></p>	<p>Os contratos serão considerados antecipadamente vencidos na ocorrência dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Vencimento antecipado de qualquer outra cédula ou contrato da Companhia com o banco, ou com qualquer das empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico; e</li> <li>(ii) Se houver alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia e/ou de qualquer avalista coobrigado, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da Companhia e/ou de qualquer avalista coobrigado, sem a prévia e expressa anuência do banco.</li> </ul>



<p><b>FINEP</b></p>	<p>A Companhia Informar à FINEP todas as alterações realizadas no capital social e/ou estrutura societária, que possam influenciar no processo decisório da Companhia, bem como aquelas que possam influenciar na capacidade de pagamento da Companhia, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.</p> <p>O contrato será considerado antecipadamente vencido caso ocorra alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia que, a juízo da FINEP, possa comprometer o regular desenvolvimento do projeto objeto do contrato e/ou inviabilizar a fiel execução do contrato.</p>
<p><b>Banco do Nordeste do Brasil</b></p>	<p>O contrato será considerado antecipadamente vencido na ocorrência caso a Companhia contrate com outra instituição financeira financiamentos para cobertura dos itens previstos no orçamento constante do instrumento de crédito, ou a ele anexo, para financiamento pelo Banco do Nordeste do Brasil.</p>
<p><b>Bank of China</b></p>	<p>O contrato será considerado antecipadamente vencido na ocorrência dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) celebrar qualquer operação de fusão, consolidação ou incorporação (exceto nas quais a Companhia seja a parte remanescente), ou liquidar ou dissolver a Companhia (ou sofrer liquidação ou dissolução), ou entrar em qualquer reorganização ou reestruturação societária que resulte na alteração da propriedade e perda de controle acionário pelos atuais acionistas controladores da Companhia, ou vender todos ou parte substancial de seu patrimônio ou ativos; e</li> <li>(ii) descumprir com o pagamento de principal ou juros totalizando o montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) sobre quaisquer de suas dívidas, quando devidas, seja no vencimento, exigência ou de qualquer outra forma, e este inadimplemento continuar além de qualquer período de carência que lhe tenha sido dado (não excedendo 30 dias), ou qualquer outro inadimplemento tenha ocorrido sob os termos de qualquer instrumento ou contrato demonstrando ou estabelecendo os termos e condições aplicáveis a qualquer de suas dívidas, ou se qualquer outro evento ocorrer ou se existir outra condição e se o efeito deste inadimplemento causar ou permitir que o detentor ou detentores desta dívida (ou qualquer um agindo em seu nome) façam com que esta dívida se torne devida antes de sua data de vencimento.</li> </ul>
<p><b>The Bank of Nova Scotia</b></p>	<p>O contrato será antecipadamente vencido na ocorrência dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) vender, transferir ou dispor de qualquer forma de qualquer um dos seus ativos, tendo um valor superior a 5% do total dos ativos consolidados da Companhia na data da execução do contrato exceto se realizado no curso ordinário de seus negócios e sob condições justas e razoáveis de mercado;</li> <li>(ii) declarar ou realizar qualquer pagamento de dividendos acima do valor mínimo definido pela legislação pertinente e pagar juros sobre capital próprio caso qualquer hipótese de inadimplemento tenha ocorrido, conforme condições previstas no contrato;</li> <li>(iii) celebrar fusão, incorporação, cisão ou entrar em liquidação ou dissolução (ou sofrer liquidação ou dissolução), ou transmitir a propriedade, vender, arrendar, ceder, transferir ou de outra forma alienar a totalidade ou substancialmente a totalidade dos seus bens, negócios ou ativos, exceto se a Companhia realizar fusão, incorporação ou cisão e continuar a ser a entidade sobrevivente; e</li> <li>(iv) ocorrer qualquer operação ou série de operações nas quais a LTD Administração e Participações S.A., direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, deixe de deter o controle da Companhia.</li> </ul>

<sup>(1)</sup> Dívida Financeira Líquida Ajustada = (+) Dívida Financeira Total, incluídas as Debêntures; (-) Disponibilidade de Caixa/Aplicações Financeiras/Títulos e Valores Mobiliários; (-) Recebíveis de Cartão de Crédito.

<sup>(2)</sup> EBTIDA Ajustado é calculado excluído de eventos operacionais (receitas/despesas) que consideramos de caráter extraordinário.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### (g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos um total de R\$455.967 milhões de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros.

### (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Observação: De acordo com a aplicação do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto (IFRS 11) a participação da Companhianas *joint ventures* Luizacred e Luizaseg estão avaliadas método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

## PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

### Evolução do Número de Lojas por Estado

Número de Lojas por Estado	2016	2017	2018
SP	281	290	307
MG	90	104	114
RS	60	64	66
SC	60	62	61
PR	99	103	106
MS	14	16	19
GO	4	4	30
<b>Sub-total S/SE/CO</b>	<b>608</b>	<b>643</b>	<b>703</b>
PB	24	25	25
RN	13	16	17
PE	37	42	45
CE	30	33	36
AL	11	15	18
SE	9	10	10
BA	60	63	64
PI	6	6	7
MA	1	4	28
<b>Sub-total NE</b>	<b>191</b>	<b>214</b>	<b>250</b>



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

SITE	1	1	1
<b>Total</b>	<b>800</b>	<b>858</b>	<b>954</b>

### Abertura de Loja por Canal de Vendas

Número de Lojas por Canal - Final do Período	2016	2017	2018
Lojas virtuais	120	141	162
Lojas convencionais	679	716	791
<b>Subtotal - Canal Virtual</b>	<b>799</b>	<b>857</b>	<b>953</b>
E-commerce	1	1	1
<b>Total</b>	<b>800</b>	<b>858</b>	<b>954</b>
<b>Área total de vendas (m²):</b>	<b>501.319</b>	<b>525.981</b>	<b>572.394</b>



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## Vendas Totais por Canal

Vendas Totais por Canal	2018	AV	2017	AV	Crescimento
					AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais	908,8	4,6%	687,8	4,8%	32,1%
Lojas convencionais	11.733,7	59,7%	9.364,7	64,9%	25,3%
<b>Subtotal - Lojas Físicas</b>	<b>12.642,6</b>	<b>64,3%</b>	<b>10.052,4</b>	<b>69,6%</b>	<b>25,8%</b>
E-commerce Tradicional (1P)	6.170,2	31,4%	4.157,7	28,8%	48,4%
Marketplace (3P)	855,1	4,3%	230,0	1,6%	271,7%
<b>Subtotal - E-commerce Total</b>	<b>7.025,3</b>	<b>35,7%</b>	<b>4.387,8</b>	<b>30,4%</b>	<b>60,1%</b>
<b>Vendas Totais</b>	<b>19.667,8</b>	<b>100%</b>	<b>14.440,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>36,2%</b>
Outras Receitas <sup>1</sup>	18,0		52,3		-65,6%
Marketplace (3P)	(855,1)		(230,0)		271,7%
<b>Receita Bruta - Varejo</b>	<b>18.830,7</b>		<b>14.262,5</b>		<b>32,0%</b>

<sup>(1)</sup> Demais receitas estão compostas pela receita da Luiza Administradora de Consórcio, Fundo Exclusivo e Eliminações.

Receita Bruta por Canal	2018	AV	2017	AV	Crescimento
					AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais	908,8	4,6%	687,8	4,8%	32,1%
Lojas convencionais	11.733,7	59,7%	9.364,7	64,9%	25,3%
<b>Subtotal - Lojas Físicas</b>	<b>12.642,6</b>	<b>64,3%</b>	<b>10.052,4</b>	<b>69,6%</b>	<b>25,8%</b>
E-commerce Tradicional (1P)	6.170,2	31,4%	4.157,7	28,8%	48,4%
Marketplace (3P)	855,1	4,3%	230,0	1,6%	271,7%
<b>Subtotal - E-commerce Total</b>	<b>7.025,3</b>	<b>35,7%</b>	<b>4.387,8</b>	<b>30,4%</b>	<b>60,1%</b>
<b>Vendas Totais</b>	<b>19.667,8</b>	<b>100%</b>	<b>14.440,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>36,2%</b>
Outras Receitas <sup>1</sup>	18,0		52,3		-65,6%
Marketplace (3P)	(855,1)		(230,0)		271,7%
<b>Total - Consolidado</b>	<b>18.830,7</b>		<b>14.262,5</b>		<b>32,0%</b>

<sup>(1)</sup> Demais receitas estão compostas pela receita da Luiza Administradora de Consórcio, Fundo Exclusivo e Eliminações.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M18	AV	12M17	AV	Var(%)
<b>Receita Bruta</b>	18.896,5	121,2%	14.321,1	119,5%	31,9%
Impostos e Cancelamentos	(3.306,1)	-21,2%	(2.336,9)	-19,5%	41,5%
<b>Receita Líquida</b>	15.590,4	100,0%	11.984,3	100,0%	30,1%
Custo Total	(11.053,0)	-70,9%	(8.378,2)	-69,9%	31,9%
<b>Lucro Bruto</b>	4.537,4	29,1%	3.606,0	30,1%	25,8%
Despesas com Vendas	(2.747,4)	-17,6%	(2.120,0)	-17,7%	29,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(596,1)	-3,8%	(536,0)	-4,5%	11,2%
Perda em Liquidação Duvidosa	(59,7)	-0,4%	(41,9)	-0,3%	42,5%
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	53,4	0,3%	36,5	0,3%	46,3%
Equivalência Patrimonial	57,8	0,4%	86,2	0,7%	-33,0%
Total de Despesas Operacionais	(3.292,2)	-21,1%	(2.575,3)	-21,5%	27,8%
<b>EBITDA</b>	1.245,2	8,0%	1.030,8	8,6%	20,8%
Depreciação e Amortização	(163,7)	-1,0%	(143,1)	-1,2%	14,4%
<b>EBIT</b>	1.081,6	6,9%	887,7	7,4%	21,8%
Resultado Financeiro	(294,7)	-1,9%	(410,8)	-3,4%	-28,3%
<b>Lucro Operacional</b>	786,9	5,0%	476,9	4,0%	65,0%
IR / CS	(189,4)	-1,2%	(87,9)	-0,7%	115,6%



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

<b>Lucro Líquido</b>	597,4	3,8%	389,0	3,2%	53,6%
----------------------	-------	------	-------	------	-------

## Receita Líquida de vendas

A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida de vendas:

R\$ milhões	2018	%RL	2017	%RL	Var(%)	Var(R\$)
<b>Receita Bruta</b>	18.896,51	121,2%	14.321,10	119,5%	31,9%	4.575,41
Impostos e Cancelamentos	(3.306,1)	-21,2%	(2.336,9)	-19,5%	41,5%	(969,2)
<b>Receita Líquida</b>	15.590,44	100,0%	11.984,25	100,0%	30,1%	3.606,19



## Receita bruta

Atabelaabaixodescreveadistribuiçãodenossareceitabrutaentrenossossegmentosdenegócio:

R\$ milhões	2018	2017	Var(%)	Var(R\$)
Varejo - Revenda de Mercadorias	18.016,2	13.621,6	32,3%	4.394,5
Varejo - Prestação de Serviços	800,2	628,8	27,3%	171,4
Administração de Consórcios	80,1	70,6	13,4%	9,5
<b>Receita Bruta</b>	<b>18.896,5</b>	<b>14.321,1</b>	<b>31,9%</b>	<b>4.575,4</b>
Varejo - Revenda de Mercadorias	(3.204,3)	(2.256,6)	42,0%	(947,8)
Varejo - Prestação de Serviços	(95,6)	(75,0)	27,5%	(20,6)
Administração de Consórcios	(6,1)	(5,3)	15,9%	(0,8)
<b>Impostos e Devoluções</b>	<b>(3.306,1)</b>	<b>(2.336,9)</b>	<b>41,5%</b>	<b>(969,2)</b>
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>15.590,4</b>	<b>11.984,3</b>	<b>30,1%</b>	<b>3.606,2</b>

A receita bruta aumentou R\$4.575,4 milhões, ou 31,9%, de R\$14.321,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$18.896,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao aumento da receita bruta decorrente de revenda de mercadorias, conforme explicado abaixo.

*Revenda de mercadorias.* A receita bruta de revenda de mercadorias aumentou R\$4.394,5 milhões, ou 32,3%, de R\$13.621,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$18.016,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao crescimento de 48,4% da receita bruta de no e-commerce, de R\$4.157,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$6.170,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido ao (i) aumento do tráfego e das vendas dos canais mobile (principalmente do app), (ii) aumento das vendas nos mercados atendidos pelos 12 CDs regionais, (iii) aumento da conversão reflexo da ampliação da utilização do sistema proprietário de recomendação e investimentos em nível de serviço, e (iv) excelente desempenho de vendas do marketplace, que chegou a R\$855,1 milhões de vendas em 2018. Ademais, o e-commerce atingiu 35,7% de participação nas vendas totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com 30,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. As vendas da Companhia cresceram no conceito mesmas lojas físicas (+18,6%), resultando em ganhos de *marketshare* para o canal. As 100 lojas inauguradas em 2018 contribuíram com 7,2 pontos percentuais para o crescimento das vendas da Companhia, totalizando em 25,8%



de crescimento nas vendas totais lojas físicas. Segundo dados do IBGE (PMC), as vendas nominais de móveis e eletro diminuíram 1,4% no ano, comparado com o crescimento da receita bruta total da Companhia em 31,9%, no ano de 2018 frente a 2017.

**Prestação de serviços.** A receita bruta de prestação de serviços cresceu R\$171,4 milhões, ou 27,3%, de R\$628,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$800,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, reflexo do aumento das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida), dos novos serviços digitais (como Lu Conecta) e da comissão do marketplace.

### **Impostos e devoluções**

Impostos e devoluções aumentaram R\$969,2 milhões, ou 41,5%, de R\$2.336,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$3.306,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os impostos e devoluções tiveram uma evolução em linha com o crescimento das vendas.

### **Receita líquida de vendas**

A tabela abaixo demonstra a receita líquida de vendas para os períodos indicados:

R\$ milhões	2018	2017	Var(%)	Var(R\$)
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	14.811,8	11.365,1	30,3%	3.446,8
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	718,9	566,0	27,0%	152,9
<b>Total Varejo</b>	<b>15.530,8</b>	<b>11.931,1</b>	<b>30,2%</b>	<b>3.599,7</b>
Receita Líquida - Administração de Consórcios	74,0	65,4	13,3%	8,7
Eliminações Inter-companhias	(14,3)	(12,2)	17,9%	(2,2)
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>15.590,4</b>	<b>11.984,3</b>	<b>30,1%</b>	<b>3.606,2</b>

A receita líquida de vendas aumentou R\$3.606,2 milhões, ou 30,1%, de R\$11.984,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$15.590,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao aumento de 30,2% da receita líquida de vendas do segmento de varejo.

### **Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços**

R\$ milhões	2018	2017	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(11.031,1)	(8.358,3)	32,0%	(2.672,7)
Custos - Administração de Consórcios	(34,4)	(31,9)	7,6%	(2,4)
Eliminações Inter-companhias	12,4	12,0	3,1%	0,4
<b>Custos - Total</b>	<b>(11.053,0)</b>	<b>(8.378,2)</b>	<b>31,9%</b>	<b>(2.674,8)</b>

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$2.674,8 milhões, ou 31,9%, de R\$8.378,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$11.053,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente ao aumento das vendas e conforme abaixo explicado em lucro bruto.

### Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	2018	2017	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	3.780,8	3.006,7	25,7%	774,0
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	717,0	566,0	26,7%	151,0
<b>Lucro Bruto - Varejo</b>	<b>4.497,8</b>	<b>3.572,7</b>	<b>25,9%</b>	<b>925,1</b>
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	39,7	33,3	19,1%	6,4
<b>Lucro Bruto - Total</b>	<b>4.537,4</b>	<b>3.606,0</b>	<b>25,8%</b>	<b>931,4</b>
<b>Margem Bruta - Total</b>	<b>29,1%</b>	<b>30,1%</b>	<b>-1,00 pp</b>	

O lucro bruto aumentou R\$931,4 milhões, ou 25,8%, de R\$3.606,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$4.537,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A margem bruta foi de 29,1% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparada com 30,1% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução da margem bruta é explicada pelo aumento significativo na participação do e-commerce na receita bruta total.

### Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

R\$ milhões	2018	%RL	2017	%RL	Var(%)	Var(R\$)
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	(3.455,9)	-22,2%	(2.718,3)	-22,7%	27,1%	(737,6)
Com Vendas	(2.747,4)	-17,6%	(2.120,0)	-17,7%	29,6%	(627,5)
Gerais e Administrativas	(596,1)	-3,8%	(536,0)	-4,5%	11,2%	(60,1)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(59,7)	-0,4%	(41,9)	-0,3%	42,5%	(17,8)
Depreciação e Amortização	(163,7)	-1,0%	(143,1)	-1,2%	14,4%	(20,6)
Resultado de equivalência patrimonial	57,8	0,4%	86,2	0,7%	-33,0%	(28,4)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	53,4	0,3%	36,5	0,3%	46,3%	16,9



As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$737,6 milhões, ou 27,1%, de R\$2.718,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$3.455,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais foram diluídas em 0,5p.p. para 22,2% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa diluição reflete a maturação do rigoroso controle das despesas adotado pela Companhia, incluindo o Orçamento Base Zero - OBZ (elaboração de orçamentos anuais com todos os custos sendo revistos a partir do zero, sem tomar como referência os números do ano anterior), a Gestão Matricial de Despesas - GMD (avaliação de todas as principais despesas por unidade de negócios e por gestor de pacote de despesas, identificando os desvios em relação ao orçamento, estabelecendo *benchmarks* e disseminando as melhores práticas) e a manutenção da baixa taxa de inflação sobre os reajustes salariais.

*Despesas com vendas.* As despesas com vendas aumentaram R\$627,5 milhões, ou 29,6%, de R\$2.120,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.747,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Parte do crescimento nominal das despesas foi decorrente dos investimentos em marketing na aquisição de novos clientes e aumento no nível de serviço, incluindo logística e atendimento, realizados principalmente no segundo semestre de 2018. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas foram diluídas em 0,1p.p. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao exercício social de 2017.

*Despesas gerais e administrativas.* As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$60,1 milhões, ou 11,2%, de R\$536,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$596,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,7p.p. para 3,8% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em função do crescimento das vendas, do controle rigoroso das despesas administrativas através da Gestão Matricial de Despesas- GMD e OBZ e da baixa taxa de inflação sobre os reajustes salariais.

*Perdas com créditos de liquidação duvidosa.* As despesas com perdas com créditos de liquidação duvidosa aumentaram R\$17,8 milhões, ou 42,5%, de R\$41,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$59,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao crescimento das vendas totais da Companhia e adoção do IFRS 9.

*Depreciação e amortização.* As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$20,6 milhões, ou 14,4%, de R\$143,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de



dezembro de 2017 para R\$163,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido ao aumento dos investimentos em ativo imobilizado e intangível, incluindo investimentos em abertura de lojas e em tecnologia e logística no montante de R\$84,9 milhões e R\$88,8 milhões, respectivamente.

*Resultado de equivalência patrimonial.* O resultado de equivalência patrimonial reduziu R\$28,4 milhões, ou 33%, de uma receita de R\$86,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma receita de R\$57,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido ao desempenho da Luizacred e da Luizaseg no exercício. Em função da adoção do IFRS9, que aumenta os níveis de provisões mesmo com a Luizacred apresentando os menores níveis de carteira em atraso da sua história, a equivalência da Luizacred reduziu de uma receita de R\$68,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma receita de R\$43,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A equivalência da Luizaseg foi de R\$13,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

*Outras receitas operacionais, líquidas.* Outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram R\$16,9 milhões, ou 46,3%, de uma receita de R\$36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma receita de R\$53,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido a apropriação de receita diferida em função do cronograma de reconhecimento dos valores recebidos mediante os acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacrede Magazine Luiza.

### **Resultado Financeiro**

As despesas financeiras líquidas reduziram R\$116,1 milhões, ou 39,4%, de uma despesa de R\$410,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma despesa de R\$294,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em função do aumento da posição de caixa líquido da Companhia e da queda do CDI.

### **Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R\$476,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um lucro de R\$786,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em função principalmente de uma melhora no lucro operacional antes do resultado financeiro que passou de R\$887,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.081,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e da melhora do resultado financeiro.



### **Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos**

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de receita de R\$87,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para despesa de R\$189,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e em função de uma melhora do lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social.

### **Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício**

O resultado líquido passou de lucro líquido de R\$389,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para lucro líquido de R\$597,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao elevado crescimento das vendas totais, contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais e financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2017	%RL	2016	%RL	Var(%)	Var(R\$)
<b>Receita Bruta</b>	14.321,1	119,5%	11.371,6	119,6%	25,9%	2.949,5
Impostos e Cancelamentos	(2.336,9)	-19,5%	(1.862,9)	-19,6%	25,4%	(474,0)
<b>Receita Líquida</b>	11.984,3	100,0%	9.508,7	100,0%	26,0%	2.475,5
Custo Total	(8.378,2)	-69,9%	(6.586,1)	-69,3%	27,2%	(1.792,1)
<b>Lucro Bruto</b>	3.606,0	30,1%	2.922,6	30,7%	23,4%	683,4
Despesas com Vendas	(2.120,0)	-17,7%	(1.776,3)	-18,7%	19,3%	(343,7)
Despesas Gerais e Administrativas	(536,0)	-4,5%	(481,9)	-5,1%	11,2%	(54,1)
Perda em Liquidação Duvidosa	(41,9)	-0,3%	(26,1)	-0,3%	60,8%	(15,8)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	36,5	0,3%	13,5	0,1%	170%	23,0
Equivalência Patrimonial	86,2	0,7%	62,7	0,7%	37,4%	23,5
Total de Despesas Operacionais	(2.575,3)	-21,5%	(2.208,1)	-23,2%	16,6%	(367,2)
<b>EBITDA</b>	1.030,8	8,6%	714,6	7,5%	44,3%	316,2
Depreciação e Amortização	(143,1)	-1,2%	(133,6)	-1,4%	7,1%	(9,4)
<b>EBIT</b>	887,7	7,4%	580,9	6,1%	52,8%	306,7
Resultado Financeiro	(410,8)	-3,4%	(503,8)	-5,3%	-18,5%	93,0
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional</b>	476,9	4,0%	77,1	0,8%	518,5%	399,8
IR / CS	(87,9)	-0,7%	9,5	0,1%	-	(97,3)
<b>Lucro Líquido</b>	389,0	3,2%	86,6	0,9%	349,4%	302,5

### Receita líquida de vendas

A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida de vendas:

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2017	AV(%)	2016	AV(%)	Var(%)	Var(R\$)
<b>Receita Bruta</b>	14.321,1	119,5%	11.371,6	119,6%	25,9%	2.949,5
Impostos e Cancelamentos	(2.336,9)	-19,5%	(1.862,9)	-19,6%	25,4%	(474,0)
<b>Receita Líquida</b>	11.984,3	100,0%	9.508,7	100,0%	26,0%	2.475,5



## Receita bruta

A tabela abaixo descreve a distribuição de nossa receita bruta entre nossos segmentos de negócio:

R\$ milhões	2017	2016	Var(%)	Var(R\$)
Varejo - Revenda de Mercadorias	13.621,6	10.828,8	25,8%	2.792,8
Varejo - Prestação de Serviços	628,8	484,8	29,7%	144,0
Administração de Consórcios	70,6	58,1	21,7%	12,6
<b>Receita Bruta</b>	<b>14.321,1</b>	<b>11.371,6</b>	<b>25,9%</b>	<b>2.949,5</b>
Varejo - Revenda de Mercadorias	(2.256,6)	(1.797,4)	25,5%	(459,1)
Varejo - Prestação de Serviços	(75,0)	(60,9)	23,1%	(14,1)
Administração de Consórcios	(5,3)	(4,5)	16,6%	(0,8)
<b>Impostos e Devoluções</b>	<b>(2.336,9)</b>	<b>(1.862,9)</b>	<b>25,4%</b>	<b>(474,0)</b>
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>11.984,3</b>	<b>9.508,7</b>	<b>26,0%</b>	<b>2.475,5</b>

A receita bruta aumentou R\$2.949,5 milhões, ou 25,9%, de R\$11.371,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$14.321,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao aumento da receita bruta decorrente de revenda de mercadorias, conforme explicado abaixo.

*Revenda de mercadorias.* A receita bruta de revenda de mercadorias aumentou R\$2.792,8 milhões, ou 25,8%, de R\$10.828,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$13.621,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao crescimento de 52,7% da receita bruta de no e-commerce, de R\$2.722,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.157,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido ao (i) aumento do tráfego e das vendas dos canais mobile (principalmente do app), (ii) aumento das vendas nos mercados atendidos pelos 10 CDs regionais, (iii) aumento da conversão reflexo da ampliação da utilização do sistema proprietário de recomendação (o qual, com base no histórico de navegação dos clientes, proporciona uma melhor assertividade na recomendação de produtos no e-commerce), e (iv) do crescimento das vendas de novos canais (Época Cosméticos, Magazine Você, Clube da Lu e Quero de Casamento). Ademais, o e-commerce atingiu 29,3% de participação na receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado com 24,1% no exercício social encerrado em 31 dezembro de 2016. As



vendas da Companhia cresceram no conceito mesmas lojas físicas (+13,9%), resultando em ganhos de *marketshare* para o canal. Segundo dados do IBGE (PMC), as vendas nominais de móveis e eletro cresceram 7,7% no ano, comparado com o crescimento da receita bruta total da Companhia em 25,9%, no ano de 2017 frente a 2016.

**Prestação de serviços.** A receita bruta de prestação de serviços cresceu R\$144,0 milhões, ou 29,7%, de R\$484,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$628,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, reflexo do aumento das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida), dos novos serviços digitais (como Lu Conecta) e da comissão do marketplace.

### **Impostos e devoluções**

Impostos e devoluções aumentaram R\$474,0 milhões, ou 25,4%, de R\$1.862,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.336,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os impostos e devoluções tiveram uma evolução em linha com o crescimento das vendas .

### **Receita líquida de vendas**

A tabela abaixo demonstra a receita líquida de vendas para os períodos indicados:

R\$ milhões	2017	2016	Var(%)	Var(R\$)
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	11.365,1	9.031,3	25,8%	2.333,7
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	566,0	433,8	30,5%	132,2
<b>Total Varejo</b>	<b>11.931,1</b>	<b>9.465,2</b>	<b>26,1%</b>	<b>2.465,9</b>
Receita Líquida - Administração de Consórcios	65,4	53,5	22,1%	11,8
Eliminações Inter-companhias	(12,2)	(10,0)	22,0%	(2,2)
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>11.984,3</b>	<b>9.508,7</b>	<b>26,0%</b>	<b>2.475,5</b>

A receita líquida de vendas aumentou R\$2.475,5 milhões, ou 26,0%, de R\$9.508,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$11.984,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao aumento de 26,1% da receita líquida de vendas do segmento de varejo.

### **Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços**

R\$ milhões	2017	2016	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(8.358,3)	(6.572,3)	27,2%	(1.786,0)
Custos - Administração de Consórcios	(31,9)	(23,8)	34,2%	(8,1)
Eliminações Inter-companhias	12,0	10,0	20,8%	2,1
<b>Custos - Total</b>	<b>(8.378,2)</b>	<b>(6.586,1)</b>	<b>27,2%</b>	<b>(1.792,1)</b>

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$1.792,1 milhões, ou 27,2%, de R\$6.586,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$8.378,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao aumento das vendas e conforme abaixo explicado em lucro bruto.

### Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	2017	2016	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	3.006,7	2.459,0	22,3%	547,7
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	566,0	433,8	30,5%	132,2
<b>Lucro Bruto - Varejo</b>	<b>3.572,7</b>	<b>2.892,9</b>	<b>23,5%</b>	<b>679,8</b>
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	33,3	29,7	12,0%	3,6
<b>Lucro Bruto - Total</b>	<b>3.606,0</b>	<b>2.922,6</b>	<b>23,4%</b>	<b>683,4</b>
<b>Margem Bruta - Total</b>	<b>30,1%</b>	<b>30,7%</b>	<b>-0,6 pp</b>	

O lucro bruto aumentou R\$683,4 milhões, ou 23,4%, de R\$2.922,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$3.606,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A margem bruta foi de 30,1% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparada com 30,7% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A redução da margem bruta é explicada pelo aumento significativo na participação do e-commerce na receita bruta total e preservação da margem bruta em todos os canais.

### Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

R\$ milhões	2017	AV	2016	AV	Var(%)	Var(R\$)
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	(2.718,3)	-22,7%	(2.341,7)	-24,6%	16,1%	(376,6)
Com Vendas	(2.120,0)	-17,7%	(1.776,3)	-18,7%	19,3%	(343,7)
Gerais e Administrativas	(536,0)	-4,5%	(481,9)	-5,1%	11,2%	(54,1)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(41,9)	-0,3%	(26,1)	-0,3%	60,8%	(15,8)
Depreciação e Amortização	(143,1)	-1,2%	(133,6)	-1,4%	7,1%	(9,4)
Resultado de equivalência patrimonial	86,2	0,7%	62,7	0,7%	37,4%	23,5
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	36,5	0,3%	13,5	0,1%	170,2%	23,0

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$376,6 milhões, ou 16,1%, de R\$2.341,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.718,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Como



percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais foram diluídas em 1,9 p.p. para 22,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa diluição reflete a maturação do rigoroso controle das despesas adotado pela Companhia, incluindo o Orçamento Base Zero - OBZ (elaboração de orçamentos anuais com todos os custos sendo revistos a partir do zero, sem tomar como referência os números do ano anterior) e a Gestão Matricial de Despesas - GMD (avaliação de todas as principais despesas por unidade de negócios e por gestor de pacote de despesas, identificando os desvios em relação ao orçamento, estabelecendo *benchmarks* e disseminando as melhores práticas).

*Despesas com vendas.* As despesas com vendas aumentaram R\$343,7 milhões, ou 19,3%, de R\$1.776,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.120,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em função principalmente do crescimento da receita líquida de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas foram diluídas em 1,0p.p. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando comparado ao exercício social de 2016, reflexo de um controle ainda mais rigoroso nas despesas, ganhos de produtividade, redução das despesas de marketing, renegociação dos contratos de aluguel e serviços de logística, além da revisão de diversas despesas operacionais, tais como energia elétrica e materiais de suprimentos.

*Despesas gerais e administrativas.* As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$54,1 milhões, ou 11,2%, de R\$481,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$536,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. As despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,6 p.p. para 4,5% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em função do crescimento das vendas e do controle rigoroso das despesas administrativas através da Gestão Matricial de Despesas - GMD.

*Perdas com créditos de liquidação duvidosa.* As despesas com perdas com créditos de liquidação duvidosa aumentaram R\$15,8 milhões, ou 60,8%, de R\$26,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$41,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao crescimento das vendas totais da Companhia.

*Depreciação e amortização.* As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$9,4 milhões, ou 7,1%, de R\$133,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$143,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido ao aumento dos investimentos em ativo imobilizado e intangível, incluindo investimentos em abertura de lojas e principalmente em tecnologia no montante de R\$170,8 milhões.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

*Resultado de equivalência patrimonial.* O resultado de equivalência patrimonial aumentou R\$23,5 milhões, ou 37,4%, de uma receita de R\$62,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$86,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido ao desempenho da Luizacred e da Luizaseg no exercício. Em função da boa performance operacional ao longo de 2017, a equivalência da Luizacred aumentou de uma receita de R\$50,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$68,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e a equivalência da Luizaseg aumentou de uma receita de R\$11,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$17,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

*Outras receitas operacionais, líquidas.* Outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram R\$23,0 milhões, ou 170,2%, de uma receita de R\$13,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido a apropriação de receita diferida no montante de R\$42,8 milhões em função do cronograma de reconhecimento dos valores recebidos mediante os acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza.

### **Resultado Financeiro**

As despesas financeiras líquidas reduziram R\$93 milhões, ou 18,5%, de uma despesa de R\$503,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma despesa de R\$410,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função da redução significativa da dívida líquida atingindo uma posição da caixa líquido, e da queda do CDI.

### **Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R\$77,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para um lucro de R\$476,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função principalmente de uma melhora no lucro operacional antes do resultado financeiro que passou de R\$580,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$887,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e da melhora do resultado financeiro.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos**

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de receita de R\$9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para despesa de R\$87,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e em função de uma melhora do lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### **Lucro Líquido(Prejuízo) do Exercício**

O resultado líquido passou de lucro líquido de R\$86,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para lucro líquido de R\$389,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao elevado crescimento das vendas totais, contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais e financeiras.



## BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 comparado com as contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

ATIVO	31/dez/18	AV	31/dez/17	AV	var(%)	var(R\$)
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	599,1	6,8%	412,7	5,6%	45,2%	186,4
Títulos e Valores Mobiliários	409,1	4,7%	1.259,6	17,0%	-67,5%	(850,4)
Contas a Receber	2.051,6	23,3%	1.241,3	16,7%	65,3%	810,3
Estoques	2.810,2	31,9%	1.969,3	26,5%	42,7%	840,9
Partes Relacionadas	190,2	2,2%	96,8	1,3%	96,5%	93,4
Tributos a Recuperar	303,7	3,5%	200,7	2,7%	51,3%	103,0
Outros Ativos	48,5	0,6%	77,3	1,0%	-37,2%	(28,8)
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>6.412,4</b>	<b>72,9%</b>	<b>5.257,6</b>	<b>70,9%</b>	<b>22,0%</b>	<b>1.154,8</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Títulos e Valores Mobiliários	0,2	0,0%	-	0,0%	-	0,2
Contas a Receber	7,6	0,1%	4,7	0,1%	59,7%	2,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	181,0	2,1%	223,1	3,0%	-18,9%	(42,1)
Tributos a Recuperar	150,6	1,7%	166,0	2,2%	-9,3%	(15,4)
Depósitos Judiciais	349,2	4,0%	310,9	4,2%	12,3%	38,3
Outros Ativos	34,2	0,4%	44,4	0,6%	-23,1%	(10,2)
Investimentos em Controladas	308,5	3,5%	311,3	4,2%	-0,9%	(2,9)
Imobilizado	754,3	8,6%	569,0	7,7%	32,6%	185,2
Intangível	598,8	6,8%	532,4	7,2%	12,5%	66,5
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>2.384,4</b>	<b>27,1%</b>	<b>2.161,9</b>	<b>29,1%</b>	<b>10,3%</b>	<b>222,5</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>8.796,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.419,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,6%</b>	<b>1.377,2</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/18	%RL	31/dez/17	%RL	var(%)	var(R\$)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	4.105,2	46,7%	2.919,5	39,3%	40,6%	1.185,7
Empréstimos e Financiamentos	130,7	1,5%	434,3	5,9%	-69,9%	(303,6)
Salários, Férias e Encargos Sociais	259,0	2,9%	236,6	3,2%	9,5%	22,4



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Tributos a Recolher	141,0	1,6%	84,5	1,1%	66,9%	56,5
Partes Relacionadas	125,4	1,4%	89,5	1,2%	40,1%	35,9
Receita Diferida	39,2	0,4%	41,6	0,6%	-5,8%	(2,4)
Dividendos a Pagar	182,0	2,1%	64,3	0,9%	183,2%	1177
Outras Contas a Pagar	406,1	4,6%	265,8	3,6%	52,8%	140,3
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>5.388,6</b>	<b>61,3%</b>	<b>4.136,0</b>	<b>55,7%</b>	<b>30,3%</b>	<b>1.252,6</b>

#### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos	325,2	3,7%	437,2	5,9%	-25,6%	(112,0)
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e						
Trabalhistas	387,4	4,4%	301,5	4,1%	28,5%	85,8
Receita Diferida	391,0	4,4%	468,8	6,3%	-16,6%	(77,9)
Outras Contas a Pagar	1,7	0,0%	1,9	0,0%	-11,1%	(0,2)
<b>Total do Passivo não Circulante</b>	<b>1.105,3</b>	<b>12,6%</b>	<b>1.209,5</b>	<b>16,3%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>(104,2)</b>

#### TOTAL DO PASSIVO

<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>6.493,9</b>	<b>73,8%</b>	<b>5.345,5</b>	<b>72,0%</b>	<b>21,5%</b>	<b>1.148,3</b>
-------------------------	----------------	--------------	----------------	--------------	--------------	----------------

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	1.719,9	19,6%	1.719,9	23,2%	0,0%	-
Reserva de Capital	52,2	0,6%	37,1	0,5%	40,7%	15,1
Ações em Tesouraria	(87,0)	-1,0%	(14,0)	-0,2%	523,5%	(73,1)
Reserva Legal	65,6	0,7%	39,9	0,5%	64,4%	25,7
Reserva de Retenção de Lucros	546,9	6,2%	288,4	3,9%	89,6%	258,5
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5,3	0,1%	2,7	0,0%	100,5%	2,7
Lucros Acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.302,9</b>	<b>26,2%</b>	<b>2.074,0</b>	<b>28,0%</b>	<b>11,0%</b>	<b>228,9</b>

#### TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.796,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.419,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,6%</b>	<b>1.377,2</b>
--	----------------	---------------	----------------	---------------	--------------	----------------

#### Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 22,0%, ou R\$1.154,8 milhões, passando de R\$5.257,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$6.412,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. O ativo circulante



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

representava 70,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2017 e 72,9% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 45,2%, ou R\$186,4 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$412,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$599,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento está relacionado à geração de caixa das atividades operacionais do período
- (ii) redução de 67,5%, ou R\$850,4 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros, que passou de R\$1.259,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$409,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação está relacionada ao menor volume de aplicações em títulos e valores mobiliários e menor volume de recebíveis de cartões de crédito descontados;
- (iii) aumento de 65,3%, ou R\$810,3 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$1.241,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.051,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação justifica-se principalmente pelo aumento do volume de vendas da empresa no ano e pelo aumento dos recebíveis de cartão de crédito não descontados;
- (iv) aumento de 42,7%, ou R\$840,9 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$1.969,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.810,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento de vendas entre os períodos, com destaque para o último trimestre do ano;
- (v) aumento de 96,5%, ou R\$93,4 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$96,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$190,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu, principalmente, da variação do saldo de recebíveis de Cartão Luiza em virtude do crescimento do faturamento dentro do Magazine Luiza e aumento do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados;
- (vi) aumento de 51,3%, ou R\$103,0 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$200,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$303,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação está relacionada ao aumento no volume de compras e estoque de mercadores; e
- (vii) redução de 37,2%, ou R\$28,8 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$77,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$48,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação está relacionada ao menor nível de despesas antecipadas em 2018.

#### **Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante aumentou 10,3%, ou R\$222,5 milhões, passando de R\$2.161,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.384,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. O ativo não circulante representava 29,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2017 e 27,1% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

- (i) aumento de 0,0%, ou R\$0,2 milhões no saldo da conta títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros, que passou de uma posição zerada em 31 de dezembro de 2017 para



R\$0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação não é decorrente de algo material.

- (ii) aumento de 59,7%, ou R\$2,8 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$4,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação justifica-se pelo aumento do volume de vendas, e conseqüentemente, das vendas financiadas a clientes;
- (iii) redução de 18,9%, ou R\$42,1 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$223,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$181,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorre, principalmente, pela compensação de impostos e contribuições diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição de social de exercícios anteriores;
- (iv) redução de 9,3%, ou R\$15,4 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$166,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$150,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação refere-se, principalmente, a compensação de ICMS por substituição tributária;
- (v) aumento de 12,3%, ou R\$38,3 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$310,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$349,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento refere-se às contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;
- (vi) redução de 23,1%, ou R\$10,2 milhões, no saldo da conta de outros ativos, que passou de R\$44,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$34,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação refere-se principalmente a diminuição de valores bloqueados;
- (vii) redução de 0,9%, ou R\$2,9 milhões, no saldo da conta investimentos em controladas em conjunto, que passou de R\$311,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$308,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação justifica-se pelo saldo afetado principalmente pela adoção do IFRS 09 na controlada em conjunto Luizacred;
- (viii) aumento de 32,6%, ou R\$185,2 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$569,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$754,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamentos, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras;
- (ix) aumento de 12,5%, ou R\$66,5 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$532,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$598,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação está relacionada, principalmente, com o aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia.

### **Passivo Circulante**

O passivo circulante aumentou 30,3%, ou R\$1.252,6 milhões, passando de R\$4.136,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$5.388,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo circulante representava 55,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 61,3% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

- (i) aumento de 40,6%, ou R\$1.185,7 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$2.919,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$4.105,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;
- (ii) redução de 69,9%, ou R\$303,6 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$434,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$130,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu em função da estratégia da Companhia de otimizar a estrutura de capital através do pagamento antecipado de parte da sua dívida;
- (iii) aumento de 9,5%, ou R\$22,4 milhões, no saldo de salário, férias e encargos sociais, que passou de R\$236,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$259,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação foi impactada pelo aumento da remuneração variável decorrentes da performance de vendas no período;
- (iv) aumento de 66,9%, ou R\$56,5 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$84,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$141,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos a pagar em virtude da performance de vendas;
- (v) aumento de 40,1%, ou R\$35,9 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$89,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$125,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é decorrente da evolução natural do negócio, uma vez que ao aumentar as vendas intermediadas pela Companhia para suas controladas e controladas em conjunto, aumenta-se os valores recebidos de clientes e repassados para essas empresas;
- (vi) redução de 5,8%, ou R\$2,4 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$41,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$39,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza;
- (vii) aumento de 183,2%, ou R\$117,7 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R\$64,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$182,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao avanço nos resultados da Companhia e a declaração de juros sobre capital próprio; e
- (viii) aumento de 52,8%, ou R\$140,3 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$265,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$406,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se principalmente ao aumento do volume de vendas dos últimos dias do exercício, além do crescimento de despesas operacionais, tais como alugueis e fretes.

### **Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante reduziu em 8,6%, ou R\$104,2 milhões, passando de R\$1.209,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo não circulante representava 16,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 12,6% em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

- (i) redução de 25,6%, ou R\$112,0 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$437,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$325,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu devido ao cronograma de vencimento da dívida para o curto prazo e a estratégia da Companhia de otimizar a estrutura de capital através do pagamento antecipado de parte da sua dívida;
- (ii) aumento de 28,5%, ou R\$85,8 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$301,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$387,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu de novas adições de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;
- (iii) redução de 16,6%, ou R\$77,9 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$468,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$391,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza; e
- (iv) redução de 11,1%, ou R\$0,2 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$1,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio.

### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido cresceu 11,0%, ou R\$228,9 milhões, passando de R\$2.074,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.302,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente ao resultado líquido do exercício. O patrimônio líquido representava 28,0% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 26,2% em 31 de dezembro de 2018.



## BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 comparado com as contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016.

ATIVO	31/dez/17	AV	31/dez/16	AV	Var(%)	Var(R\$)
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	412,7	5,6%	599,1	9,8%	-31,1%	(186,4)
Títulos e Valores Mobiliários	1.259,6	17,0%	819,0	13,4%	53,8%	440,6
Contas a Receber	1.241,3	16,7%	581,0	9,5%	113,6%	660,3
Estoques	1.969,3	26,5%	1.596,7	26,2%	23,3%	372,6
Partes Relacionadas	96,8	1,3%	64,0	1,0%	51,1%	32,7
Tributos a Recuperar	200,7	2,7%	212,2	3,5%	-5,4%	(11,5)
Outros Ativos	77,3	1,0%	47,8	0,8%	61,7%	29,5
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>5.257,6</b>	<b>70,9%</b>	<b>3.919,8</b>	<b>64,3%</b>	<b>34,1%</b>	<b>1.337,8</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Títulos e Valores Mobiliários	-	0,0%	0,2	0,0%	-100,0%	(0,2)
Contas a Receber	4,7	0,1%	3,6	0,1%	32,8%	1,2
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	223,1	3,0%	242,0	4,0%	-7,8%	(18,9)
Tributos a Recuperar	166,0	2,2%	223,6	3,7%	-25,7%	(57,6)
Depósitos Judiciais	310,9	4,2%	292,2	4,8%	6,4%	18,7
Outros Ativos	44,4	0,6%	52,3	0,9%	-15,1%	(7,9)
Investimentos em Controladas	311,3	4,2%	293,8	4,8%	6,0%	17,5
Imobilizado	569,0	7,7%	560,1	9,2%	1,6%	9,0
Intangível	532,4	7,2%	513,0	8,4%	3,8%	19,3
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>2.161,9</b>	<b>29,1%</b>	<b>2.180,8</b>	<b>35,7%</b>	<b>-0,9%</b>	<b>(18,9)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.419,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.100,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,6%</b>	<b>1.318,9</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/17	%RL	31/dez/16	%RL	Var(%)	Var(R\$)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	2.919,5	39,3%	2.365,0	38,8%	23,4%	554,6
Empréstimos e Financiamentos	434,3	5,9%	838,0	13,7%	-48,2%	(403,7)
Salários, Férias e Encargos Sociais	236,6	3,2%	188,4	3,1%	25,6%	48,2
Tributos a Recolher	84,5	1,1%	40,1	0,7%	110,4%	44,3



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Partes Relacionadas	89,5	1,2%	73,0	1,2%	22,7%	16,6
Receita Diferida	41,6	0,6%	40,3	0,7%	3,1%	1,2
Dividendos a Pagar	64,3	0,9%	12,3	0,2%	421,1%	51,9
Outras Contas a Pagar	265,8	3,6%	115,3	1,9%	130,5%	150,5
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>4.136,0</b>	<b>55,7%</b>	<b>3.672,4</b>	<b>60,2%</b>	<b>12,6%</b>	<b>463,6</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Empréstimos e Financiamentos	437,2	5,9%	1.010,8	16,6%	-56,7%	(573,6)
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	301,5	4,1%	284,1	4,7%	6,1%	17,4
Receita Diferida	468,8	6,3%	509,2	8,3%	-7,9%	(40,3)
Outras Contas a Pagar	1,9	0,0%	2,6	0,0%	-24,6%	(0,6)
<b>Total do Passivo não Circulante</b>	<b>1.209,5</b>	<b>16,3%</b>	<b>1.806,6</b>	<b>29,6%</b>	<b>-33,1%</b>	<b>(597,1)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.345,5</b>	<b>72,0%</b>	<b>5.479,0</b>	<b>89,8%</b>	<b>-2,4%</b>	<b>(133,5)</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital Social	1.719,9	23,2%	606,5	9,9%	183,6%	1.113,4
Reserva de Capital	37,1	0,5%	19,0	0,3%	94,9%	18,1
Ações em Tesouraria	(14,0)	-0,2%	(28,7)	-0,5%	-51,4%	14,8
Reserva Legal	39,9	0,5%	20,5	0,3%	95,0%	19,5
Reserva de Retenção de Lucros	288,4	3,9%	3,1	0,1%	9181,3%	285,3
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2,7	0,0%	1,2	0,0%	121,2%	1,5
Lucros Acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.074,0</b>	<b>28,0%</b>	<b>621,6</b>	<b>10,2%</b>	<b>233,7%</b>	<b>1.452,4</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.419,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.100,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,6%</b>	<b>1.318,9</b>

### **Ativo Circulante**

O ativo circulante aumentou 34,1%, ou R\$1.337,8 milhões, passando de R\$3.919,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$5.257,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. O ativo circulante representava 64,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2016 e 70,9% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 31,1%, ou R\$186,4 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$599,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$412,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu devido a maior aplicação na conta de títulos e valores mobiliários;



- (ii) aumento de 53,8%, ou R\$440,6 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros, que passou de R\$819,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.259,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento está relacionado ao caixa líquido gerado no período, principalmente pelas atividades operacionais, e à oferta subsequente de ações concluída em outubro de 2017;
- (iii) aumento de 113,6%, ou R\$660,3 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$581,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.241,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação justifica-se principalmente pelo aumento do volume de vendas da empresa no ano e pelo aumento dos recebíveis de cartão de crédito não descontados;
- (iv) aumento de 23,3%, ou R\$372,6 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$1.596,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.969,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento de vendas entre os períodos, com destaque para o último trimestre;
- (v) aumento de 51,1%, ou R\$32,7 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$64,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$96,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento decorreu, principalmente, da variação do saldo de recebíveis de Cartão Luiza em virtude do crescimento do faturamento dentro do Magazine Luiza;
- (vi) redução de 5,4%, ou R\$11,5 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$212,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$200,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refere-se, principalmente, a compensação de ICMS por substituição tributária e imposto de renda retido na fonte; e
- (vii) aumento de 61,7%, ou R\$29,5 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$47,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$77,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refere-se, principalmente, a comissões sobre venda dos seguros relacionados ao contrato com a Cardif e comissões do marketplace.

#### **Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante reduziu 0,9%, ou R\$18,9 milhões, passando de R\$2.180,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.161,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. O ativo não circulante representava 35,7 do total do ativo em 31 de dezembro de 2016 e 29,1% em 31 de dezembro de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

- (i) redução de 100%, ou R\$0,2 milhões no saldo da conta títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros, que passou de R\$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2016 para uma posição zerada em 31 de dezembro de 2017. Essa queda justifica-se pela contabilização das operações de swap contratadas com o objetivo de proteção contra riscos nas mudanças de câmbio (*hedge accounting*);
- (ii) aumento de 32,8%, ou R\$1,2 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$3,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$4,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação justifica-se pelo aumento do volume de vendas, e consequentemente, das vendas financiadas a clientes;

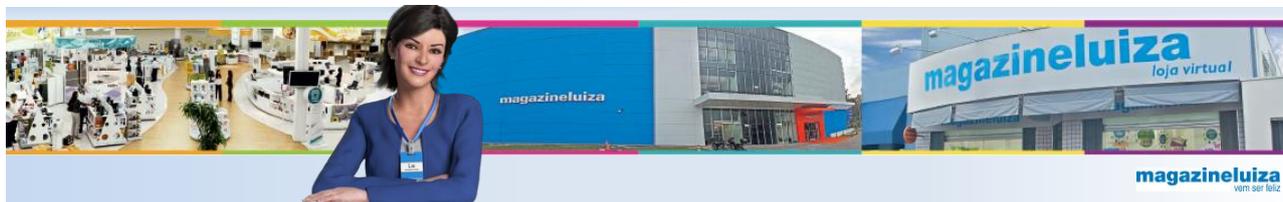


- (iii) redução de 7,8%, ou R\$18,9 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$242,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$223,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorre, principalmente, pela compensação de impostos e contribuições diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição de social de exercícios anteriores;
- (iv) redução de 25,7%, ou R\$57,6 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$223,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$166,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refere-se, principalmente, principalmente, a compensação de ICMS por substituição tributária;
- (v) aumento de 6,4%, ou R\$18,7 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$292,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$310,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento refere-se às contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;
- (vi) redução de 15,1%, ou R\$7,9 milhões, no saldo da conta de outros ativos, que passou de R\$52,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$44,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refere-se principalmente a diminuição de valores bloqueados;
- (vii) aumento de 6,0%, ou R\$17,5 milhões, no saldo da conta investimentos em controladas em conjunto, que passou de R\$293,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$311,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação reflete principalmente o maior resultado líquido de equivalência patrimonial da Luizacred no período;
- (viii) aumento de 1,6%, ou R\$9,0 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$560,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$569,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamento, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras;
- (ix) aumento de 3,8%, ou R\$19,3 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$513,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$532,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação está relacionada, principalmente, com o aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia.

### **Passivo Circulante**

O passivo circulante aumentou 12,6%, ou R\$463,6 milhões, passando de R\$3.672,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.136,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. O passivo circulante representava 60,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 55,7% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 23,4%, ou R\$554,6 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$2.365,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$2.919,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;
- (ii) redução de 48,2%, ou R\$403,7 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$838,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$434,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu em função da



- estratégia da Companhia de otimizar a estrutura de capital através do pagamento antecipado de parte da sua dívida;
- (iii) aumento de 25,6%, ou R\$48,2 milhões, no saldo de salário, férias e encargos sociais, que passou de R\$188,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$236,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação foi impactada pelo aumento da remuneração variável decorrentes da performance de vendas no período;
  - (iv) aumento de 110,4%, ou R\$44,3 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$40,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$84,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos em virtude da performance de vendas;
  - (v) aumento de 22,7%, ou R\$16,6 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$73,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$89,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio;
  - (vi) aumento de 3,1%, ou R\$1,2 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$40,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$41,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza;
  - (vii) aumento de 421,1%, ou R\$51,9 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R\$12,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$64,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se ao avanço nos resultados da Companhia e a declaração de juros sobre capital próprio; e
  - (viii) aumento de 130,5%, ou R\$150,5 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$115,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$265,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se principalmente ao aumento do volume de vendas dos últimos dias do exercício, além do crescimento de despesas operacionais, tais como alugueis e fretes.

### **Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante reduziu em 33,1%, ou R\$597,1 milhões, passando de R\$1.806,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.209,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. O passivo não circulante representava 29,6% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 16,3% em 31 de dezembro de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 56,7%, ou R\$573,6 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$1.010,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$437,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu devido ao cronograma de vencimento da dívida para o curto prazo e a estratégia da Companhia de otimizar a estrutura de capital através do pagamento antecipado de parte da sua dívida;
- (ii) aumento de 6,1%, ou R\$17,4 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$284,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

R\$301,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu de novas adições de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;

- (iii) redução de 7,9%, ou R\$40,3 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$509,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$468,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza; e
- (iv) redução de 24,6%, ou R\$0,6 milhão, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio.

### ***Patrimônio Líquido***

O patrimônio líquido cresceu 233,7%, ou R\$1.452,4 milhões, passando de R\$621,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$2.074,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao resultado líquido do exercício e também ao aumento do capital social através da oferta subsequente de ações realizada em outubro de 2017. O patrimônio líquido representava 10,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 28,0% em 31 de dezembro de 2017.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## 10.2 - Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro

### **(a) Resultados das operações do emissor, em especial:**

#### **(i) descrições de quaisquer componentes importantes**

##### **Receita Líquida de Vendas**

Nossa receita líquida é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias e (ii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

Operações de Varejo: As receitas de revenda de mercadorias são geradas por todas as nossas lojas e a contabilização das receitas é feita quando da entrega e transferência da posse das mercadorias aos clientes. As receitas de prestação de serviços são principalmente comissões pela intermediação de serviços financeiros de terceiros (incluindo nossas *joint ventures*) e são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos aos serviços prestados são transferidos para a Companhia. Desde meados de 2016, a receita de prestações de serviços inclui também as comissões cobradas dos parceiros pela intermediação das vendas dos seus produtos na plataforma de Marketplace da Companhia.

Administração de consórcios: Na controlada Luiza Administradora de Consórcios, a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

##### **ICMS**

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos 16 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

##### **PIS e COFINS**

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas.



### Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

### Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.

### Custo das Mercadorias Revendidas e das Prestações de Serviços

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

### Receitas (Despesas) Operacionais

#### **Despesas com Vendas**

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e *marketing*, distribuição e logística, aluguel, comunicação, segurança, energia e manutenção.

#### **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritórios centrais de Franca e João Pessoa, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

#### **Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa**

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

#### **Depreciação e amortização**

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **Resultado de Equivalência Patrimonial**

O resultado de equivalência patrimonial refere-se à soma dos resultados líquidos de nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg.



### **Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas**

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições financeiras para (i) gerirem a nossa folha de pagamento e oferecerem com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) terem o direito de exclusividade para oferecerem serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg e (iii) direito exclusivo de prestação do serviço de assistência tecnológica a partir do seguro de garantia estendida adquirido pelos clientes da Companhia. Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente recebidos à vista, são registrados nas contas contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito e juros das operações comerciais de *vendedor*. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários e juros de vendas de garantia estendida.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consórcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Imposto corrente: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“**impostos diferidos**”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

### ***(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais***

Nossas operações dependem das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) o crescimento do PIB; (ii) a distribuição de renda; (iii) a taxa de desemprego; (iv) a variação real do salário; (v) a disponibilidade de crédito; (vi) a taxa de inflação; (vii) a taxa de juros; e (viii) o grau de confiança dos consumidores, entre outros.



Segundo o IBGE, a receita nominal de vendas do comércio varejista restrito apresentou crescimento de 4,5%, 2,2% e 1,8%, em 2016, 2017 e 2018, respectivamente, e o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou queda de 7,5% em 2016, crescimento de 7,7% em 2017, e queda de 1,4% em 2018.

Apesar deste cenário macroeconômico desafiador nos últimos três anos, o Magazine Luiza conseguiu crescer de forma significativa, com ganhos de *marketshare* em todos os canais e também nas principais categorias de produtos.

Permanecemos confiantes na nossa capacidade de crescer, de continuar ganhando participação de mercado e melhorar cada vez mais nossa eficiência operacional. A execução disciplinada da nossa estratégia da Transformação Digital tem produzido bons resultados, e entendemos que existem grandes oportunidades para continuar crescendo nos próximos anos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita bruta da Companhia cresceu 31,9% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos que apresentou queda de 1,4%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do e-commerce da Companhia de 60,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, versus o crescimento do mercado online de 11,5%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

Para 2019, no cenário macroeconômico, as perspectivas são melhores que no ano anterior. De acordo com o último relatório Focus, o mercado espera o crescimento do PIB de 2,30%, taxa de juros de 6,5% e inflação (IPCA) de 3,85%. O setor de bens duráveis pode ter um desempenho muito positivo considerando também a redução do desemprego e a incipiente expansão do crédito.

No longo prazo, as perspectivas são ainda mais positivas, considerando fatores como: (i) o crescimento do e-commerce, fomentado pela população jovem e cada vez mais conectada, pelo aumento da penetração de smartphones e da velocidade de transmissão de dados cada vez mais rápida; (ii) a evolução do nosso marketplace, incluindo o aumento significativo do sortimento atual e de novas categorias de produtos; (iii) o crescimento da Classe C, que representa a maior parte da população brasileira (iv) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C; e (iv) o upgrade de consumo em função das novas tecnologias e funcionalidades dos produtos.

#### **(b) Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletro eletrônicos e informática, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletro eletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

**(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor**

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Crescimento do PIB (%) <sup>(1)</sup>	1,10%	1,00%	-3,60%
Inflação (IGP-M) (%) <sup>(2)</sup>	7,5%	-0,5%	7,2%
Inflação (IPCA) (%) <sup>(3)</sup>	3,7%	3,0%	6,3%
CDI Médio <sup>(1)</sup> (%) <sup>(4)</sup>	6,4%	9,9%	14,0%
TJLP (%) <sup>(5)</sup>	6,7%	7,0%	7,5%
Taxa SELIC Média (%) <sup>(6)</sup>	6,6%	9,8%	14,1%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	-14,6%	-1,5%	19,6%
Taxa de câmbio (fechamento) - R\$ por US\$1,00 <sup>(7)</sup>	3,9	3,3	3,3
Taxa média de câmbio - R\$ por US\$1,00 <sup>(8)</sup>	3,7	3,2	3,5

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

(1) Fonte: Banco Central

(2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

(4) O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

(5) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

(6) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

(7) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.



---

(8) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletro eletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter-financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

#### **(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Os Diretores da Companhia informam que em 07 de maio de 2018, foi consumada a aquisição da *startup* de tecnologia aplicada à logística Abelha Serviços de Hospedagem na Internet Ltda - ME ("Logbee"), sociedade limitada, com sede na cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, também conhecida como "Logbee", que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos.

A aquisição da Logbee fortaleceu a Malha Luiza, composta por mais de 1.900 micro-transportadores, responsáveis por mais de 80% de todas as entregas da Companhia e pelo abastecimento das lojas. Incluindo a Logbee, a Malha Luiza aumentará de forma significativa a entrega de produtos leves, com a mesma eficiência e qualidade das entregas atuais. A Logbee também terá um papel muito importante em projetos como o *ShipfromStore* e o *FullfilmentbyMagalu*, estendendo os diferenciais da nossa logística para os *sellers* do nosso *marketplace*.

O valor justo do intangível identificado na combinação de negócios com a Logbee é de R\$ 3,9 milhões. Não foram identificados outros ativos e passivos relevantes na transação.

Em 13 de dezembro de 2018, foi consumada a aquisição das empresas de tecnologia Softbox Sistemas de Informação, Certa Administração e Kelex Tecnologia (em conjunto, "Softbox"). A Softbox oferece soluções para empresas de varejo e indústria de bens de consumo que desejam vender digitalmente ao consumidor final.

A aquisição permitirá ao Magazine Luiza ser parceiro de varejistas e indústrias em todos os passos para a venda online, desde a chegada ao mundo do varejo digital, passando pela venda em seu *marketplace*, até a entrega para o cliente final. A aquisição marca um novo ciclo de transformação do Magazine Luiza: de varejista multicanal para uma plataforma digital, ou seja, um ecossistema, baseado em tecnologia, dados e processos digitais e complementa outras aquisições realizadas, como Integra Commerce e Logbee.

O preço base de aquisição definido em contrato foi de R\$ 41.850 mil, dividido em três formas de pagamento: i) R\$ 13.950 mil integralmente pagos no "closing" do processo de aquisição; ii) R\$ 13.950 mil a serem pagos ao longo de 5 anos; e iii) R\$ 13.950 mil a serem pagos em 5 anos mediante cessão de ações da Companhia, ou fundos imediatamente disponíveis em caso de inviabilidade da cessão de ações, sendo a quantidade de ações calculada na data de aquisição.

#### **(c) eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.



## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

### (a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 -Receitas de Contratos com Clientes usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data de aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com as normas anteriormente vigentes.

### (b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

#### 1) CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente:

- Estimativa da contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias.

	01/01/2018
Receita líquida de vendas	(3.226)
Custo das mercadorias revendidas	2.458
IR/CS	261
<b>Efeito da adoção inicial</b>	<b>(507)</b>

A Companhia avaliou os impactos do programa de fidelização de clientes, devoluções de serviços, serviços oferecidos gratuitamente e não foi identificado valores materiais para ajuste na adoção inicial.

#### 2) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

##### i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e



recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA (ver nota explicativa 29): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil	
			Valor original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	91.928	91.928
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	Empréstimos e recebíveis	VJORA	837.201	817.717
Contas a receber - Demais contas a receber clientes e de acordos comerciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	408.830	394.105
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	54.428	54.428
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Empréstimos e recebíveis	VJR	42.338	40.328
Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa	A valor justo por meio do resultado	VJR	320.779	320.779
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo não exclusivos	A valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	10.995	10.995
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo exclusivo	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.247.180	1.247.180
Instrumentos Derivativos Ativo	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.378	1.378
			<b>3.015.057</b>	<b>2.978.838</b>



## ii) *Impairment* de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forwardlooking”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

### **Mensuração de perdas de crédito esperadas**

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

### **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito**

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

### **Apresentação do *impairment***

Provisões para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

### **Impacto do novo modelo de *impairment***



Para ativos no escopo do modelo de impairment do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por impairment devem aumentar e se tornar mais voláteis.

#### **Contas a receber e ativos contratuais**

A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 12 meses.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como: nível de risco de crédito e status de inadimplência. A experiência real de perda de crédito foi ajustada por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos macroeconômicos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A seguir apresentaremos o efeito total do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

	<b>01/01/2018</b>
Contas a receber-Cartão de Crédito-VJORA	(19.483)
Contas a receber - PCLD - <i>Impairment</i>	(14.726)
Contas a receber com partes relacionadas - Cartão de Crédito - VJR	(2.010)
Investimentos em controlada em conjunto - <i>Impairment</i>	(56.816)
IR/CS	12.315
<b>Efeito da adoção inicial</b>	<b><u>(80.720)</u></b>

#### **c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

No relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 existe parágrafo de ênfase considerando a reapresentação destas demonstrações contábeis para refletir os assuntos relativos à reclassificação da variação de títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e aos lucros não realizados das transações de intermediação na venda de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.



## 10.5 - Comentários dos Diretores a respeito das políticas contábeis críticas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

### a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- Receita líquida de vendas: determinação se a Companhia atua como agente na transação ou como principal; e
- Arrendamentos compromissados: determinação se um contrato contém um arrendamento e classificação de arrendamento mercantil.

### b) Incertezas sobre estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.
- Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação



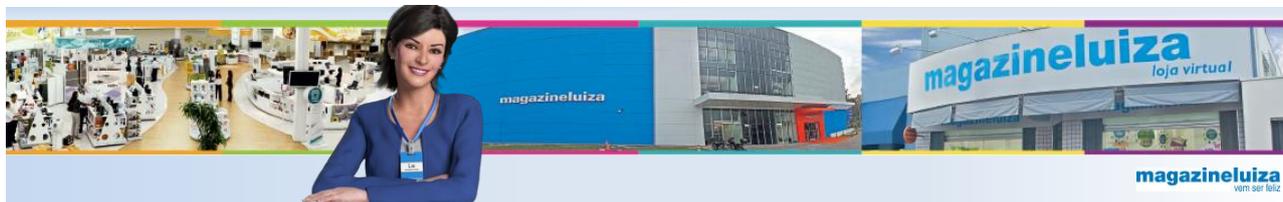
**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;

- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## **10.6 – Comentários dos Diretores acerca dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

### **(a) Descrição dos ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

#### ***(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;***

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A. e PJD Agropastoril Ltda.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de cinco anos, renováveis por mais cinco anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais.

#### ***(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;***

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

#### ***(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;***

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

#### ***(iv) contratos de construção não terminada; e***

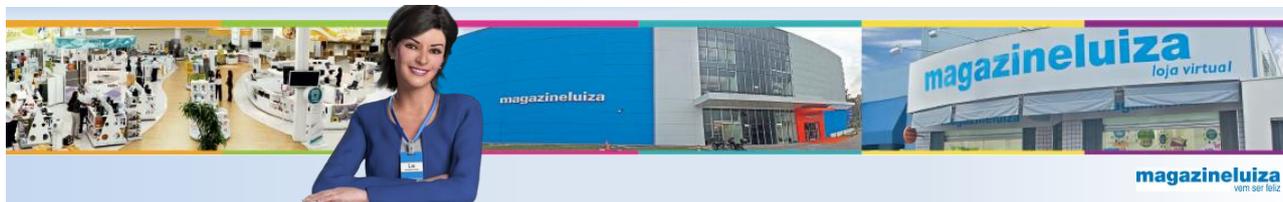
Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

#### ***(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.***

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

### **(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## **10.7 – Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 10.6(i) deste Formulário de Referência, a Companhia possui contratos de aluguel de imóveis, que foram classificados como arrendamento mercantil operacional. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais e serão registrados como despesas operacionais de alugueis.

### **(b) natureza e o propósito da operação**

Tratam-se de diversos contratos de aluguel de imóveis, sendo eles utilizadas para suas lojas (954 lojas na data deste Formulário de Referência), centros de distribuição (12 centros de distribuição na data deste Formulário de Referência) e escritórios (5 escritórios na data deste Formulário de Referência).

### **(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Em 31 de dezembro de 2018 os compromissos futuros oriundos dos contratos de aluguel acima citados, atualizados, montam, nos próximos cinco anos:

Ano	Valor
2019	390.559
2020	406.373
2021	423.365
2022	442.411
2023	463.370
Total	2.126.078



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## 10.8 – Comentários dos Diretores sobre o plano de negócios

### (a) investimentos

#### ***(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$364,4 milhões, incluindo a abertura de 100 novas lojas e maiores investimentos em tecnologia e logística em função da estratégia da Transformação Digital.

#### ***(ii) fontes de financiamento dos investimentos***

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

#### ***(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realiza-los.

### **(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

### **(c) novos produtos e serviços**

#### ***(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### ***(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### ***(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### ***(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### **10.9 – Outros fatores com influência relevante**

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.



**magazineluiza**  
vem ser feliz



**ANEXO III**

**ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA**

(conforme artigo 10, inciso I, da Instrução CVM 481)

**12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>					
<b>Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues</b>	09/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020	14
052.571.868-02	Empresária	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Até 10/05/2019	Sim	92,3%
Membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.					
<b>Marcelo José Ferreira e Silva</b>	18/03/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020	3
018.752.214-68	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Até 10/05/2019	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor; do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios					



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>					
e Transformação Digital.					
<b>Carlos Renato Donzelli</b>	29/10/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020	10
122.456.288-70	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Até 10/05/2019	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor; e Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance					
<b>Inês Corrêa de Souza</b>	09/08/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020	10
299.870.677-00	Administradora de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Até 10/05/2019	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor					
<b>José Paschoal Rossetti</b>	18/09/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020	3
016.391.880-53	Professor	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Até 10/05/2019	Sim	100,00%
Não há.					



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>					
<b>Betânia Tanure de Barros</b>	14/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020	2
385.001.086-49	Psicóloga e Empresária	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Até 10/05/2019	Sim	92,3%
Não há.					
<b>Sílvio Romero de Lemos Meira</b>	02/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020	1
851.577.168-34	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Até 10/05/2019	Sim	92,3%
Membro do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.					
<b>José Antônio Palamoni</b>	22/06/1937	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020	1
202.536.998-00	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Até 10/05/2019	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.					
<b>Walbert Antônio dos Santos</b>	26/10/1957	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020	1



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>					
867.321.888-87	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Até 10/05/2019	Sim	100,00%
Não há.					
<b>Eduardo Christovam Galdi Mestieri</b>	08/01/1991	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020	3
398.427.698-28	Administrador de Empresas	48 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	Até 10/05/2019	Não	100,00%
Não há.					
<b>Mauro Marangoni</b>	18/10/1949	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020	7
541.922.008-30	Advogado	46 - C.F.(Suplente) Eleito p/Controlador	Até 10/05/2019	Sim	0,00%
Não há.					
<b>Robinson Leonardo Nogueira</b>	29/04/1976	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020	7
201.470.788-06	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplente) Eleito p/Controlador	Até 10/05/2019	Sim	0,00%
Não há.					



**magazineluiza**  
vem ser feliz



Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>					
Thiago Costa Jacinto	08/09/1985	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020	3
010.562.761-50	Administrador de Empresas	45 - C.F.(Suplente) Eleito p/Minor.Ordinaristas	Até 10/05/2019	Não	0,00%
Não há.					

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

##### **Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues – 052.571.868-02**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor Presidente da Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato e Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupou de 2009 a 2015. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que ocupou até 2018. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para os biênios 2009-2010 e 2015-2016, entidade onde atualmente é Conselheira. É Presidente do Grupo Mulheres do Brasil, do qual participou de sua fundação em 2013. Faz parte



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO  
BM&FBOVESPA**

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Participou do Conselho de Administração da Luizacred S.A. de 2002 a 2013, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho em 2012. Atualmente, é também Presidente do Conselho de Administração da LuizaSeg Seguros S.A., companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido os cargos em 2005. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupou também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Foi indicada pela Presidência da república para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Público Olímpico da Autoridade Pública Olímpica. Também participa voluntariamente como Conselheira da FEA USP de Ribeirão Preto, e Conselho Consultivo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Além disso, é conferencista em diversos eventos, em que relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68**

Marcelo José Ferreira e Silva - graduado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP). Iniciou sua carreira no Banco dos Plantadores de Cana de Pernambuco, atuou na área de auditoria na Arthur Andersen & Co (1971 a 1978). Trabalhou no Grupo Bompreço, como CFO/CEO (1978 a 2001). Atuou como CEO na G Barbosa (2002) e nas Casas Pernambucanas (2002 a 2009). De 2009 a 2015, ocupou o cargo de CEO do Magazine Luiza. É membro do Conselho de Administração: Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S/A, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2013; Grupo Sílvio Santos, companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário; Movida Participações S/A, empresa do setor de aluguel de carros, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário; Grupo Avenida, empresa do setor de varejo de vestuário, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário; Raia Drogasil S/A, empresa do setor de varejo farmacêutico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Em agosto de 2012, foi negado, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, o recurso interposto pelo Sr. Marcelo contra decisão da CVM em processo administrativo envolvendo atividades relacionadas ao cargo de Diretor de Relações com Investidores da Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, no qual lhe foi imposta multa pecuniária, sendo devidamente quitada.

#### **Carlos Rento Donzelli – 122.456.288-70**

Carlos Renato Donzelli – Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Especialização no Curso de Extensão no Programa de Gestão Avançada – PGA –



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

Turma 26/2015 - Programa realizado pela Fundação Dom Cabral em parceria com INSEAD. Passou por vários cargos no Banco do Brasil entre 1985 e 1995, sendo o último Gerente de Atendimentos Especiais. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Conselheiro na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), desde sua criação em 2014. É também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor da Companhia, e membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A., companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2013. Conselheiro em organizações não governamentais, como APAE e docente das disciplinas Administração Financeira e Gestão Empresarial nos cursos de graduação e pós-graduação no Uni-FACEF. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### **Inês Corrêa de Spuza – 299.870.677-00**

Inês Corrêa de Souza – Gradou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente foi Diretora Financeira da Companhia Vale do Rio Doce, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, STOGAS S.A., companhia do setor petroquímico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, Radix Engenharia e Software S.A., companhia do setor de tecnologia, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, e da BBM Logística S.A., companhia do setor logístico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, atuando também em diversos comitês. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53**

José Paschoal Rossetti - Economista. Professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, nos cursos MBA e em programas de gestão avançada, realizados em parceria com a INSEAD e com a Kellogg School of Management. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor de mais de 50 grandes empresas, em análise de cenários para planejamento estratégico e estruturação de sistemas de governança corporativa. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de governança corporativa em grandes empresas. Fundador e Sócio Diretor da empresa de consultoria em governança corporativa Rossetti & Associados, que atua em aliança com o Centro de Governança de Empresas de Controle Familiar da PwC. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da Companhia, do Grupo Boticário, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha



**magazineluiza**  
vem ser feliz



#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Química Amparo/YPÊ, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Marilan, companhia do setor alimentício, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É Presidente do Conselho de Administração das Usinas Santa Adélia, companhia do setor sucroenergético, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, nas áreas de economia e governança corporativa, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas, dentre elas, Introdução à economia, Economia monetária, Contabilidade social, Economia de mercado: fundamentos, falácias e valores e Transição 2000: tendências, mudanças e estratégias. Seu mais recente livro é Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências (S. Paulo, Atlas, 8ª edição 2019). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49**

Betania Tanure de Barros – Gradou-se em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (“PUC/MG”). É pós graduada em



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra) e doutora pela Brunel University (Inglaterra). Sócia fundadora da Betania Tanure Associados, foi professora da PUC/MG nos cursos de mestrado e doutorado realizados em parceria com a Fundação Dom Cabral, e atuou durante 15 (quinze) anos como diretora pela Fundação Dom Cabral responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais. É professora convidada do INSEAD (França), do TRIUM (New York University, London School of Economics, HEC) e da London Business School (Inglaterra) e também conferencista em eventos no Brasil e no exterior nas áreas de gestão empresarial, desenvolvimento de executivos, gestão de cultura em processos de transformação, em fusões e aquisições, liderança e equipes de alta performance, impacto da cultura do país nos processos de internacionalização, gestão de pessoas e governança. Atua em projetos de diversas empresas nacionais e internacionais como por exemplo ArcelorMittal, Banco Itaú, Banco Central do Brasil, Gol, Natura, Localiza, entre outras. Autora de diversos livros, artigos, papers e cases publicados no Brasil e no exterior, inclusive artigos na Harvard Business Review. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas da MRV Engenharia e Participações S/A, companhia do setor de construção civil, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, tendo sido conselheira em outros grandes grupos brasileiros como o Grupo RBS (RBS Participações S.A.), companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e Medial Saúde S.A., companhia do setor de serviços de saúde, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO  
BM&FBOVESPA**

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

##### **Sílvio Romero de Lemos Meira – 851.577.168-34**

Sílvio Romero de Lemos Meira – Graduiu-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977; é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco; e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. É professor emérito do Centro de Informática da UFPE – RECIFE; professor extraordinário da CESAR.SCHOOL, RECIFE; pesquisador sênior do Instituto SENAI para Inovação em TICs, fundador e presidente do Conselho de Administração do Porto Digital. É professor titular aposentado do Centro de Informática da UFPE. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É comentarista da rádio JORNAL, consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, redes sociais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Autor de mais de trezentos artigos científicos e muitas centenas de textos sobre tecnologias da informação e seu impacto na economia, sociedade e pessoas, além de autor do livro “Novos Negócios Inovadores de Crescimento Empreendedor no Brasil”. Detém as ordens nacionais do mérito científico 1996, do Rio Branco 2001 e a medalha do conhecimento do MDIC 2008. Em 2006, recebeu do Governo de Pernambuco a mais alta comenda do estado, a ordem do mérito dos Guararapes. Em 2007, a época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Não trabalhou, nos últimos 5 anos, em qualquer empresa que integre o grupo econômico da Companhia ou que seja controlada por acionista da Companhia. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

##### **José Antônio Palamoni - 202.536.998-00**



**magazineluiza**  
vem ser feliz



#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

José Antônio Palamoni – Formou-se como técnico contábil com curso de matemática financeira, liderança, gestão estratégica e tributária no Instituto Francano de Ensino em 1961. Iniciou suas atividades na Companhia em 1963, como contador. Atua, desde 1991, como Diretor Executivo do Grupo Luiza e participa ativamente do Conselho de Administração da holding dos acionistas. Foi também membro do conselho de administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2002 e permanecido até 2018. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia de 2005 a 2017, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance de 2012 a 2017 e membro do Conselho Fiscal desde 2018. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Walbert Antônio dos Santos - 867.321.888.87**

Walbert Antônio dos Santos – Graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade Visconde de Cairu, em 1996. Iniciou suas atividades profissionais na área bancária, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal de 1976 a 1980. Posteriormente atuou durante 35 anos como auditor e consultor empresarial, tendo sido Sócio da Arthur Andersen & CO e após 2002, Sócio da Deloitte Touche Thomatsu auditores, onde encerrou sua carreira em 2015. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Eduardo Christovam Galdi Mestieri - 398.427.698-28**

Eduardo Christovam Galdi Mestieri - Formado em Administração de empresas pelo Insper, em Dezembro 2012. Ingressou na Skipper Investimentos



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

como estagiário em Julho 2012 e se juntou ao time de análise em 2013, onde permaneceu até a fusão com a VentureStar Investimentos em setembro de 2013. Na VentureStar continuou como Analista até a formação da Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2016. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada..

#### **Mauro Marangoni - 541.922.008-30**

Robinson Leonardo Nogueira - é graduado em administração de empresas pela Universidade Luterana do Brasil, MBA em controladoria e finanças pela UNIFACEF, técnico em contabilidade e especialização profissional pela ANBIMA CPA-20. Iniciou suas atividades na MTG Participações em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade fiscal e gerencial. Em 2005, assumiu a gestão de controladoria. Atualmente responde pela gestão de investimentos, riscos e tesouraria da MTG, companhia do setor de administração e participações, integrante do grupo econômico da Companhia e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Robinson Leonardo Nogueira - 201.470.788-06**



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

Robinson Leonardo Nogueira graduou-se em Administração pela Universidade Luterana do Brasil, em 2011. Iniciou suas atividades na MTG Participações, em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade, onde passou a responder por toda os assuntos voltados à contabilidade e tributário da empresa. Em 2005, assumiu a gestão de controles internos e gerenciais. Atualmente responde pela gestão financeira da MTG Participações, companhia do setor de administração e participações, integrante do grupo econômico da Companhia e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50**

Thiago Costa Jacinto - Cursa o 4º ano de Ciências Econômicas na Fundação Armando Alvares Penteado. Iniciou sua carreira na área de contabilidade para pessoa jurídica na LC Contabilidade Ltda., entre 2004 e 2006. Atuou como analista de empresas e trader de ações na CM Capital Markets Asset Management de 2006 a 2007. Trabalhou na Ashmore Brasil Gestão de Recursos Ltda de 2007 a 2009 como analista de empresas e trader de renda fixa, moedas e derivativos, local e offshore. Em 2009 fundou o TCJ Capital, fundo de investimento em ações, onde atuou como analista de empresas e gestor. Em 2015 o TCJ Capital foi incorporado pela Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, onde atua no time de gestão, exercendo a função de analista de empresas brasileiras e estrangeiras. É conselheiro fiscal da Unicasa Indústria de Móveis S/A desde 2015. É membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2016. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## **12.7 / 12.8 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

Não aplicável, visto que a nova composição do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor; do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional; e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital, órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração, somente será definida em momento posterior, pelos próprios conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 12 de abril de 2019.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionados a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

**Administrador do emissor ou controlada**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.848-02	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração				

**Pessoa relacionada**

Frederico Trajano Inácio Rodrigues	253.929.608-47	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	
Diretor Presidente				

**Observação**

**Administrador do emissor ou controlada**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.848-02	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por
---------------------------------------	----------------	---------------------	--------------------	-------------------------



**magazineluiza**  
vem ser feliz



consanguinidade)

Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa relacionada**

Frederico Trajano Inácio Rodrigues	253.929.608-47	Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42
------------------------------------	----------------	-----------------------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração

**Observação**

**Administrador do emissor ou controlada**

Fabício Bittar Garcia	212.460.718-94	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
-----------------------	----------------	---------------------	--------------------	---

Diretor

**Pessoa relacionada**

Flávia Bittar Garcia	219.580.708-31	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18
----------------------	----------------	----------------------------------	--------------------

Diretora

**Observação**



**magazineluiza**  
vem ser feliz



**Administrador do emissor ou controlada**

Fabrcio Bittar Garcia

212.460.718-94

Magazine Luiza S.A.

47.960.950/0001-21

Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)

Diretor

**Pessoa relacionada**

Franco Bittar Garcia

219.466.798-95

Wagner Garcia Participações S.A.

01.878.512/0001-18

Diretor

**Observação**



**magazineluiza**  
vem ser feliz



## 12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

### Exercício Social 31/12/2018

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b><u>Administrador do emissor</u></b> Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Luiza Participações S.A. Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.	00.835.086/0001-72		
<b><u>Observação</u></b> Não há.			
<b><u>Administrador do emissor</u></b> Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Membro Suplente do Conselho de Administração,  
nossa controlada direta.

**Observação**

Não há.

**Administrador do emissor**

052.571.868-02

Controle

Controlador Indireto

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

66.117.474/0001-26

LTD Administração e Participações S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa  
controladora direta.

**Observação**

Não há

**Administrador do emissor**

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

Marcelo José Ferreira e Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

02.206.577/0001-80

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e  
Investimento

Membro do Conselho de Administração, nossa



**magazineluiza**  
vem ser feliz



controlada direta.

**Observação**

Não há

**Administrador do emissor**

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

Marcelo José Ferreira e Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

07.746.953/0001-42

Luizaseg Seguros S.A.

Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

**Observação**

Não há

**Exercício Social 31/12/2017**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b><u>Administrador do emissor</u></b>	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>	00.835.086/0001-72		
Luiza Participações S.A. Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do			



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

**Observação**

Não há.

**Administrador do emissor**

122.456.288-70

Subordinação

Controlada Direta

Carlos Renato Donzelli

Membro do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

02.206.577/0001-80

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

**Observação**

Não há.

**Administrador do emissor**

052.571.868-02

Controle

Controlador Indireto

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

66.117.474/0001-26

LTD Administração e Participações S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.

**Observação**

Não há

**Administrador do emissor**

052.571.868-02

Subordinação

Controlada Direta



**magazineluiza**  
vem ser feliz



Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

07.746.953/0001-42

Luizaseg Seguros S.A.

Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta

**Observação**

Não há

**Administrador do emissor**

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

Marcelo José Ferreira e Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

02.206.577/0001-80

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

**Observação**

Não há

**Administrador do emissor**

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

Marcelo José Ferreira e Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

07.746.953/0001-42

Luizaseg Seguros S.A.

Membro do Conselho de Administração, nossa



**magazineluiza**  
vem ser feliz



controlada direta

**Observação**

Não há

**Exercício Social 31/12/2016**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b><u>Administrador do emissor</u></b> Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Luiza Participações S.A. Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.	00.835.086/0001-72		
<b><u>Observação</u></b> Não há.			
<b><u>Administrador do emissor</u></b> Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e	02.206.577/0001-80		



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Investimento

Membro Suplente do Conselho de Administração,  
nossa controlada direta.

**Observação**

Não há.

---

<b><u>Administrador do emissor</u></b>	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
--	----------------	----------	----------------------

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues  
Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

66.117.474/0001-26

LTD Administração e Participações S.A.  
Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa  
controladora direta.

**Observação**

Não há

---

<b><u>Administrador do emissor</u></b>	052.571.868-02	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues  
Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

07.746.953/0001-42

Luizaseg Seguros S.A.  
Presidente do Conselho de Administração, nossa  
controlada direta

**Observação**

Não há

---



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

**Administrador do emissor**

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

Marcelo José Ferreira e Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

02.206.577/0001-80

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

**Observação**

Não há

**Administrador do emissor**

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

Marcelo José Ferreira e Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

07.746.953/0001-42

Luizaseg Seguros S.A.

Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

**Observação**

Não há



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## ANEXO IV

### ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481)

#### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

##### **(a) objetivos da política ou prática de remuneração**

A nossa política de remuneração para os membros do Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, “**Diretores**”) tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essa política visa a retribuição do desempenho de nossos Administradores e lhes recompensar pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado.

##### **(b) composição da remuneração**

###### **(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

##### **Conselho da Administração**

Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros, com exceção dos honorários do presidente e vice-presidente, que são diferenciados, bem como de dois membros efetivos, que não fazem jus à remuneração por honorários fixos mensais.

Não obstante o acima, um dos nossos membros do Conselho de Administração faz jus à remuneração baseada em ações prevista no nosso plano de opção de compra.

##### **Diretoria**

A remuneração dos Diretores é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, poderá ser concedido a eles remuneração baseada em ações de nossa emissão. Além disso, nossos Diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro (somente Diretores estatutários), telefone, plano de saúde e vale refeição. Ademais, parte de nossos Diretores está sob regime celetista.

##### **Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal recebem o mínimo estabelecido pelo artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

##### **Comitês**



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Os membros independentes e os externos do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital, que não são membros do nosso Conselho de Administração, recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado.

**(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A proporção de cada elemento da remuneração total segue descrita abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	81,34%	17,85%	82,87%
Benefícios	0,00%	0,42%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	16,27%	6,32%	17,13%
Remuneração Variável	Não há	27,55%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	Não há	0,00%	Não há
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	77,82%	26,25%	82,86%
Benefícios	0,66%	0,66%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	15,56%	8,80%	17,14%
Remuneração Variável	Não há	55,65%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	5,95%	8,65%	Não há
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	45,07%	42,01%	86,02%
Benefícios	0,18%	1,18%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	9,02%	12,31%	13,98%



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

<b>Remuneração Variável</b>	Não há	36,98%	Não há
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	45,73%	7,52%	Não há
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste.

**(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.

**(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não aplicável.

**(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A remuneração variável dos diretores estatutários é estabelecida anualmente e está atrelada a metas que são desdobradas das intenções estratégicas da Companhia, e considera os resultados corporativos, os resultados individuais e a avaliação comportamental.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A parcela variável de remuneração está vinculada (i) às metas corporativas, (ii) às metas individuais e (iii) à avaliação comportamental.

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projeto diversos.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Nos 12 (doze) meses imediatamente seguintes à alienação do controle da Companhia, caso qualquer dos Administradores seja destituído do seu cargo sem que tenha violado um de seus deveres ou atribuições, as opções detidas por tal administrador destituído, ainda que no curso do prazo de carência previsto no plano de opções, tornar-se-ão imediatamente exercíveis.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

Para definir a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema.

**(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam**

O Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional assessora o Conselho de Administração na avaliação e definição da remuneração dos administradores, emitindo seu parecer e fazendo as recomendações para a tomada de decisão do Conselho de Administração.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual**

O Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema, bem como avaliam as práticas de remuneração do segmento de varejo.

**(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração**

A avaliação é feita anualmente.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### **13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**



<b>Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	<b>14,00</b>
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	<b>14,00</b>
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	3.480.000	5.226.000	360.000	<b>9.066.000</b>
Benefícios diretos e indiretos	0	117.714	0	<b>117.714</b>
Participação em comitês	0	0	0	<b>0</b>
Outros	696.000	1.892.800	72.000	<b>2.660.800</b>
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$ 1.892.800 informado no campo "Outros", R\$ 1.476.800 corresponde ao INSS patronal e R\$ 416.000 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	0	0	<b>0</b>
Participação de resultados	0	24.176.753	0	<b>24.176.753</b>
Participação em reuniões	0	0	0	<b>0</b>
Comissões	0	0	0	<b>0</b>
Outros	0	0	0	<b>0</b>
Descrição de outras remunerações variáveis				<b>0</b>
Pós-emprego	0	0	0	<b>0</b>
Cessação do cargo	0	0	0	<b>0</b>
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	93.835	29.602.223	0	<b>29.696.057</b>
Observa�o	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N� 03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N� 03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N� 03/2019	
<b>Total da remunera�o</b>	<b>4.269.835</b>	<b>61.015.490</b>	<b>432.000</b>	<b>65.717.325</b>



Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	<b>14,00</b>
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	<b>14,00</b>
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.194.000	5.387.602	300.536	<b>8.882.138</b>
Benefícios diretos e indiretos	0	126.667	0	<b>126.667</b>
Participação em comitês	0	0	0	<b>0</b>
Outros	638.800	1.908.086	62.106	<b>2.608.992</b>
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$ 1.908.086 informado no campo "Outros", R\$ 1.520.758 corresponde ao INSS patronal e R\$ 387.328 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	<b>0</b>
Participação de resultados	0	0	0	<b>0</b>
Participação em reuniões	0	15.430.220	0	<b>15.430.220</b>
Comissões	0	0	0	<b>0</b>
Outros	0	0	0	<b>0</b>
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	<b>0</b>
Pós-emprego				<b>0</b>
Cessação do cargo	0	0	0	<b>0</b>
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	93.835	4.913.353	0	<b>5.007.188</b>
Observa�o	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N�03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N�03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N�03/2019	
<b>Total da remunera�o</b>	<b>3.926.635</b>	<b>27.765.929</b>	<b>362.641</b>	<b>32.055.205</b>



Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	07	04	03	14
Nº de membros remunerados	6,67	04	03	13,67
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	2.456.000,00	4.245.219,00	300.536,00	7.001.755,00
Benefícios diretos e indiretos	20.939,00	106.022,00	0,00	126.961,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	491.200,00	1.422.492,00	62.187,00	1.975.879,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$1.422.492,00 informado no campo "Outros", R\$1.102.142,00 corresponde ao INSS patronal e R\$320.350,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	187.670,00	1.399.791,00	0,00	1.587.461,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018	
<b>Total da remuneração</b>	<b>3.155.808,00</b>	<b>16.173.524,00</b>	<b>362.723,00</b>	<b>19.692.056,00</b>



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,58	4,00	3,00	13,58
Nº de membros remunerados	5,67	4,00	3,00	12,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.419.267,00	4.814.518,00	314.784,00	7.548.569,00
Benefícios diretos e indiretos	9.460,00	134.982,00	0,00	144.442,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	483.853,00	1.411.473,00	51.145,00	1.946.472,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$1.411.473,00 informado no campo "Outros", R\$1.088.619,00 corresponde ao INSS patronal e R\$325.854,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.238.521,00	0,00	4.238.521,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	2.453.838,00	862.505,00	0,00	3.316.343,00
Observa�o	O número de	O número de	O número de	



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

	membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017	membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017	membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017	
<b>Total da remuneração</b>	<b>5.366.417,49</b>	<b>11.461.999,30</b>	<b>365.929,00</b>	<b>17.194.346,00</b>



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	7,00	4,00	3,00	<b>14,00</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	7,00	4,00	3,00	<b>14,00</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 24.176.753,10	Não há	R\$ 24.176.753,10
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 24.176.753,10	Não há	R\$ 24.176.753,10



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	7,00	4,00	3,00	<b>14,00</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	7,00	4,00	3,00	<b>14,00</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 18.516.264,00	Não há	R\$ 18.516.264,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 15.430.220,00	Não há	R\$ 15.430.220,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	R\$ 15.430.220,00	Não há	R\$ 15.430.220,00



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	07	04	03	14
Nº de membros remunerados	-	04	-	04
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0,00	Não há	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	9.000.000,00	Não há	9.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	5.500.000,00	Não há	5.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	9.000.000,00	Não há	9.000.000,00

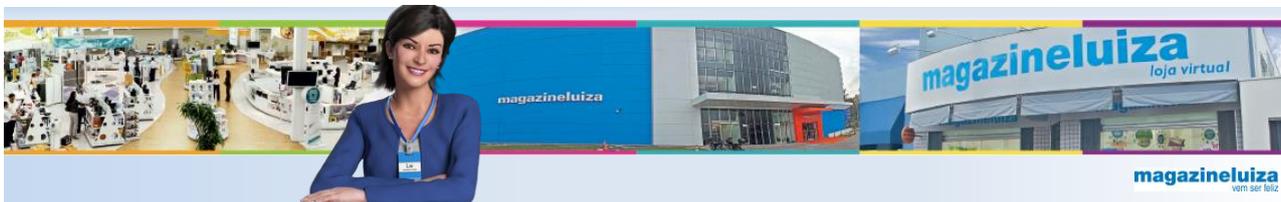


**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,58	4	3	13,58
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 4.238.521,00	Não há	R\$ 4.238.521,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 4.238.521,00	Não há	R\$ 4.238.521,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	R\$ 4.238.521,00	Não há	R\$ 4.238.521,00



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

### (a) termos e condições gerais

#### Plano 2011

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão (“**Plano 2011**”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2011 e extinto em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão (“**Opções**”), nos termos do Plano 2011, os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas (“**Pessoas Elegíveis**”).

O Plano 2011 será administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê (“**Comitê**”). O Conselho de Administração e o Comitê, conforme o caso e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2011, incluindo(a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano 2011; (b) o estabelecimento de metas relacionadas o desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano 2011. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2011, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob controle da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2011.

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o preço de exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Beneficiários (“**Contrato de Opção**”), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. As Opções outorgadas, nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

### Plano 2017

O nosso plano de incentivo atrelado às ações de emissão da Companhia (“**Plano 2017**”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, o Plano 2017 tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração (“**Programa**”), sendo elegíveis a participar do Plano 2017 e dos Programas os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades coligadas e controladas (“**Beneficiários**”).

O Plano 2017 será administrado pelo nosso Conselho de Administração e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2017, incluindo (a) eleger, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas que serão instituídos no âmbito do Plano 2017; (b) tomar as medidas necessárias para a administração do Plano 2017 e dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação de suas disposições; (c) decidir quanto às datas de concessão dos incentivos atrelados a ações no âmbito dos Programas; (d) determinar as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e/ou dissolução e/ou liquidação da Companhia; (e) decidir quanto aos direitos dos Beneficiários em razão de cada um dos Programas; (f) deliberar e decidir acerca dos termos e condições dos Programas e aprovar os Programas, bem como seus respectivos regulamentos e contratos de adesão; (g) aprovar a emissão de novas ações no limite do capital autorizado da Companhia ou autorizar a utilização de ações em tesouraria para cumprimento dos termos deste Plano 2017 e dos Programas; (h) aditar os regulamentos dos Programas e respectivos Contratos de Adesão (abaixo definido); e (i) alterar ou extinguir os Programas. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2017, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades coligadas e/ou controladas da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2017.

A outorga dos incentivos a cada Beneficiário, nos termos do Plano 2017, é realizada mediante a celebração de contratos de adesão entre a Companhia e o respectivo Beneficiário, os quais deverão fixar todos os termos e condições de cada incentivo, conforme previsto no respectivo Programa (“**Contratos de Adesão**”).

### 1º Programa de *Matching* de Ações



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de junho de 2017, o nosso 1º Programa de Incentivo Arelado a Ações – *Matching* de Ações (“**1º Programa de *Matching* de Ações**”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa (“**Beneficiários do 1º Programa de *Matching* de Ações**”).

O 1º Programa de *Matching* de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

#### 2º Programa de *Matching* de Ações

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2018, o nosso 2º Programa de Incentivo Arelado a Ações – *Matching* de Ações (“**2º Programa de *Matching* de Ações**”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa (“**Beneficiários do 2º Programa de *Matching* de Ações**”).

O 2º Programa de *Matching* de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

### **(b) principais objetivos do plano**

#### Plano 2011

Os objetivos principais do nosso Plano 2011 são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2011; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados aos Beneficiários.

#### Plano 2017

Os objetivos principais do nosso Plano 2017 são os seguintes: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2017; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

### **(c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

#### Plano 2011

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das Opções ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2011.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

#### Plano 2017

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento dos incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2017.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

#### **(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

##### Plano 2011

O Plano 2011 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

##### Plano 2017

O Plano 2017 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, os Programas não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

#### **(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

##### Plano 2011

As outorgas realizadas com base no Plano 2011 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

##### Plano 2017



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Os incentivos realizados com base no Plano 2017 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

#### **(f) número máximo de ações abrangidas**

##### Plano 2011

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

##### Plano 2017

As ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

#### **(g) número máximo de opções a serem outorgadas**

##### Plano 2011

Conforme o item (f) acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano 2011 não pode ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

##### Plano 2017

Conforme o item (f) acima, o total de ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

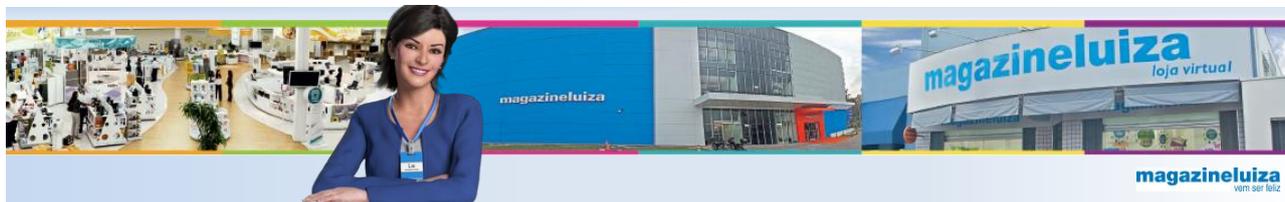
#### **(h) condições de aquisição de ações**

##### Plano 2011

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas atais Opções.

##### Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para implementar os Programas em seu favor, estabelecendo todas as condições dos Programas, bem como a modificação de tais



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a implementação dos Programas, elegendo os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas, fixando o preço de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão, as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício e impondo quaisquer outras condições relativas aos Programas.

#### **(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

##### Plano 2011

Conforme o Plano 2011, o preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

Para o exercício de 2012, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado pelo preço da ação na abertura de capital (IPO), com o desconto de 15%, que é o mesmo desconto para aquisição das ações concedido aos funcionários. Para o exercício de 2013, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 6 (seis) meses imediatamente anteriores a data de outorga.

Nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 não houve outorga de opções de ações.

##### Plano 2017

Conforme o Plano 2017, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano 2017 será fixado pelo Conselho de Administração, quando da implementação dos Programas e outorga das opções de compra de ações de nossa emissão e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

##### 1º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 1º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R\$ 23,06, valor este correspondente à média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 01/03/2017 e 11/04/2017.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 1º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 1º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 1º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

##### 2º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 2º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R\$ 71,73, valor este correspondente à média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 14/02/2018 e 27/03/2018.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 2º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 2º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

de exercício no âmbito do 2º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

#### **(j) critérios para fixação do prazo de exercício**

##### Plano 2011

Conforme o Plano 2011, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, foi definido que as Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o Beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data da outorga e as datas especificadas a seguir: (a) no caso de exercício do Programa 1 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) das Opções, a partir de 1º de março de 2012, poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; (b) para o Programa 2 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; e (c) para todos os contratos da 2ª Outorga, 25% (vinte e cinco por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2014 e, a partir desta data, adicionais 25% (vinte e cinco por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia. Tais Opções, quando exercidas, serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

##### Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para administrar o Plano 2017 e os Programas a serem instituídos e aprovar todas as decisões relativas ao Plano 2017 e aos Programas. O Conselho de Administração estabelecerá os termos e condições dos Programas a serem instituídos, incluindo os critérios para fixação do prazo de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão a serem outorgadas.

#### **(k) forma de liquidação**

##### Plano 2011

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano 2011, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

##### Plano 2017

Nos termos da cláusula 5.5(g) do Plano 2017, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

#### **(l) restrições à transferência das ações**

##### Plano 2011

Nos termos do nosso Plano 2011, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

#### Plano 2017

Nos termos do nosso Plano 2017, caberá ao nosso Conselho de Administração impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções outorgadas.

#### **(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

##### Plano 2011

O Plano 2011 foi extinto em 1º abril de 2017. O término de vigência do Plano 2011 não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas anteriormente com base no referido Plano.

Contudo, deve-se ressaltar que o Plano 2011 extinguir-se-á automaticamente, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano 2011 ou em Contrato de Opção, cessando-se todos os seus direitos e efeitos, nos seguintes casos: a) mediante o seu exercício integral; b) após o decurso do prazo de vigência da Opção; c) mediante o distrato do Contrato de Opção; d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou e) nas hipóteses previstas no item n), abaixo.

Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras negociações.

Porém, caso necessário, para dar fiel execução à eventual Opção firmada, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, ou alienar ações mantidas em tesouraria.

Ainda, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

##### Plano 2017

O Plano 2017 entrou em vigor na data de sua aprovação pela nossa Assembleia Geral e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da nossa Assembleia Geral. O término de vigência do Plano 2017 não afetará a eficácia dos incentivos ainda em vigor nos termos dos respectivos regulamentos de cada Programa.

Nos termos do nosso Plano 2017, o nosso Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos Programas, dispondo dos poderes necessários para alterá-los ou extingui-los.

#### **(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

##### Plano 2011

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano 2011 poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a) desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12(doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta)dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii)os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### Plano 2017

O nosso Conselho de Administração determinará as consequências e procedimentos relativos a perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, por qualquer motivo, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e dissolução ou liquidação da Companhia.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
<b>Nº total de membros</b>	07	04	04	04	04
<b>Nº de membros remunerados</b>	01	04	04	04	04
Preço médio ponderado de exercício:	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 20,27	R\$ 20,27	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 21,09	R\$ 21,09	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

	Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,06%	0,25%	0,11%	0,06%	0,47%



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
<b>Nº total de membros</b>	07	04	04	04
<b>Nº de membros remunerados</b>	01	04	04	04
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"
Data de outorga	04/01/2012	04/01/2012	29/06/2017	05/04/2018
Quantidade de opções outorgadas	116.563	484.902	200.640	115.476
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	20% 30/04/2019 20% 30/04/2020 30% 30/04/2021 30% 30/04/2022	20% 06/04/2020 20% 06/04/2021 30% 06/04/2022 30% 06/04/2023
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	04/01/2020	[N/A]	[N/A]
Prazo de restrição à transferência das ações	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>				
(a) das opções em aberto no início do exercício	R\$ 20,27	R\$ 20,27	-	-



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
social				
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 21,09	R\$ 21,09	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	R\$ 6,44	R\$ 6,44	R\$ 31,06 (preço de fechamento)	R\$ 98,42 (preço de fechamento)
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	0,06%	0,25%	0,11%	0,06%



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
<b>Nº total de membros</b>	07	04	04
<b>Nº de membros remunerados</b>	2,83	04	04
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>	1ª Outorga	1ª Outorga	1ª Outorga "Matching"
Data de outorga	04/01/2012	04/01/2012	29/06/2017
Quantidade de opções outorgadas	233.126	484.902	200.640
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	30/04/2019 30/04/2020 30/04/2021 30/04/2022
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	04/01/2020	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>			
(a) das opções em aberto no início do exercício	R\$ 19,69	R\$ 19,69	-



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
social			
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 20,00	R\$ 20,03	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	R\$ 6,44	R\$ ,44	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	0,12%	0,25%	0,11%



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016			
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
<b>Nº total de membros</b>	6,58	6,58	04	04
<b>Nº de membros remunerados</b>	02	03	04	04
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>	1ª Outorga	2ª Outorga	1ª Outorga	2ª Outorga
Data de outorga	04/01/2012	29/10/2013	04/01/2012	29/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	29.141	42.834	60.613	43.510
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/03/2012	29/10/2014	01/03/2012	29/10/2014
	01/03/2013	29/10/2015	01/03/2013	29/10/2015
	01/03/2014	29/10/2016	01/03/2014	29/10/2016
	01/03/2015	29/10/2017	01/03/2015	29/10/2017
	01/03/2016		01/03/2016	
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>				
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 108,80	R\$ 75,60	R\$ 108,80	R\$ 75,60



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016			
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	R\$ 51,52	R\$ 48,48	R\$ 51,52	R\$ 48,48
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	0,13%	0,19%	0,27%	0,20%



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### 13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
<b>Nº total de membros</b>	7	7	04	04
<b>Nº de membros remunerados</b>	01	01	04	04
<b>Opções ainda não exercíveis</b>	1ª Outorga	2ª Outorga	1ª Outorga	2ª Outorga
Quantidade				
Data em que se tomarão exercíveis	-	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	29/10/2025
Preço médio ponderado de exercício	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]
<b>Valor justo das opções no último dia do exercício social</b>	R\$ 13,60	R\$ 9,45	R\$ 13,60	R\$ 9,45
<b>Opções exercíveis</b>	R\$ 6,44	R\$ 6,06	R\$ 6,44	R\$ 6,06
Quantidade				



**magazineluiza**  
vem ser feliz



	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
Prazo máximo para exercício das opções	-	17.652	110.060	202.704
Prazo de restrição à transferência das ações	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	29/10/2025
Preço médio ponderado de exercício	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]
<b>Valor justo das opções no último dia do exercício social</b>	R\$ 13,60	R\$ 9,45	R\$ 13,60	R\$ 9,45
<b>Valor justo do total das opções no último dia do exercício</b>	R\$ 6,44	R\$ 6,06	R\$ 6,44	R\$ 6,06

### 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	7,00	4,00
<b>N° de membros remunerados</b>	1,00	4,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	84.488	143.972
Preço médio ponderado de exercício	13,59	19,07
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	85,82	74,63
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	07	04
<b>N° de membros remunerados</b>	2,83	04
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	473.652	376.248
Preço médio ponderado de exercício	R\$15,94	R\$17,55
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$35,07	R\$44,56
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0

Não houve exercício de opções ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações no exercício social de 2016.



## 13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

### (a) modelo de precificação

#### Plano 2011

Nos últimos três exercícios sociais, precificamos as opções com o modelo de precificação da Black & Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

#### Plano 2017

Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações de “*matching*” é o valor de fechamento da data de outorga.

### (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

#### Plano 2011

São utilizadas as seguintes premissas em nosso modelo de precificação da Black & Scholes:

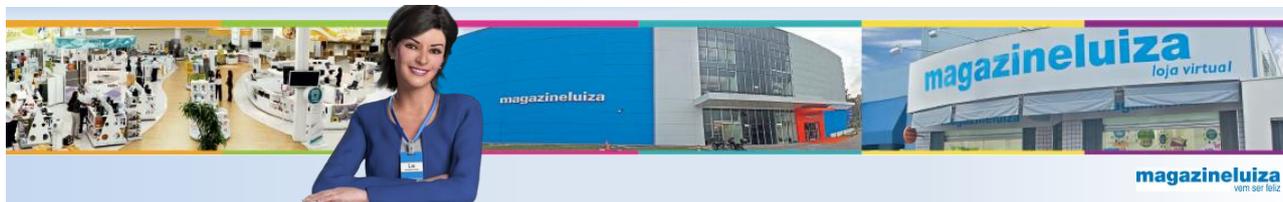
<b>Premissa</b>	<b>1ª Outorga</b>	<b>2ª Outorga</b>
Expectativa de vida média das opções <sup>(1)</sup>	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média atualizada	43,5%	37,98%
Taxa de juros livre de risco	10%	5,92%
Valor justo das opções concedidas	R\$ 6,44	R\$ 6,06
Preço do exercício	R\$13,60	R\$9,45
Prazo de vida das opções	08 anos	12 anos

<sup>(1)</sup> Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o *turnover* médio dos beneficiários do plano.

#### Plano 2017

##### 1º Programa de *Matching* de Ações

Foram outorgadas em 29 de junho de 2017, 551.448 ações (após desdobramento) em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 30 de abril de 2019; 20% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2020; 30% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2021 e 30% serão transferidas após 30 de abril de 2022.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

## 2º Programa de Matching de Ações

Foram outorgadas em 28 de março de 2018, 292.293 ações em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 05 de abril de 2020; 20% das ações serão transferidas após 05 de abril de 2021; 30% das ações serão transferidas após 05 de abril de 2022 e 30% serão transferidas após 05 de abril de 2023.

### **(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

### **(d) forma de determinação da volatilidade esperada**

#### Plano 2011

Por ser uma entidade recém listada à época de Outorga dos Programas, a volatilidade histórica também não expressa suficiente informação sobre a volatilidade das ações, tendo em vista, inclusive, os prazos contratuais de exercício das opções. Dessa forma, a Companhia utilizou como estimativa a média do histórico anual das empresas do mesmo setor da Companhia.

#### Plano 2017

Não aplicável.

### **(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 13.8.



### 13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Companhia		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	15.449	0.01%
Diretoria Estatutária	92.826	0.05%
Conselho Fiscal	16	0,00%

Luiza Participações S.A.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	66.730.124	50.00%
Diretoria Estatutária	-	-
Conselho Fiscal	-	-

Wagner Garcia Participações S/A		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	34.454.865	33.33%
Conselho Fiscal	-	-

Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	0.00%
Conselho Fiscal	-	-

Luiza Lab Consultoria Em Inovação Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	1.00%
Conselho Fiscal	-	-

Donatelo Desenvolvimento De Software E Marketing Digital Ltda. – ME		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	0.01%
Conselho Fiscal	-	-

Abelha Serviços De Hospedagem Na Internet Ltda.		
---	--	--



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
<b>Conselho de Administração</b>	-	-
<b>Diretoria Estatutária</b>	1	0.01%
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### 13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<b>Nº total de membros</b>	4,00	4,00	4,00	7,00	7,00	6,58	3,00	3,00	3,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,00	4,00	4,00	7,00	6,67	5,58	3,00	3,00	3,00
<b>Valor da maior remuneração (Reais)</b>	8.926.346,96	5.615.138,84	3.011.644,31	1.584.000,00	1.584.000,00	1.536.000,00	120.880,38	120.907,68	121.976,42
<b>Valor da menor remuneração (Reais)</b>	2.905.153,76	2.811.045,48	2.089.106,01	316.800,00	176.000,00	158.400,00	120.880,38	120.907,68	121.976,42
<b>Valor médio da remuneração (Reais)</b>	6.941.482,13	4.043.381,03	2.865.499,83	560.947,84	450.829,77	766.631,07	120.880,38	120.907,68	121.976,42



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA**

**MGLU3**  
**NOVO**  
**MERCADO**  
BM&FBOVESPA

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Órgão	2018	2017	2016
<b>Conselho de Administração</b>	42,73%	56,14%	35,82%
<b>Diretoria Estatutária</b>	5,67%	20,58%	19,79%
<b>Conselho Fiscal</b>	0,00%	0,00%	0,00%



**magazineluiza**  
vem ser feliz

**IBOVESPA** 

**MGLU3  
NOVO  
MERCADO**  
BM&FBOVESPA

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.



**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não aplicável, visto que não houve pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.



### 13.16 - Outras informações relevantes

Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*: 03 (três) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor: os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i).

Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional: 02 (dois) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro externo recebe remuneração mensal.

Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital: os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i).